



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

O Sucessivo Endividamento Público e o Crescimento Económico Angolano:  
Estudo de Caso

Engrácia Luís António

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Professor Doutor Diptes Chandrakante Prabhudas Bhimjee,  
Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL Business School  
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2021



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Departamento de Economia Política

O Sucessivo Endividamento Público e o Crescimento Económico Angolano:  
Estudo de Caso

Engrácia Luís António

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Professor Doutor Diptes Chandrakante Prabhudas Bhimjee,  
Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL Business School  
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2021



## O Sucessivo Endividamento Público e o Crescimento Económico Angolano:

Estudo de Caso

Engrácia Luís António



## O SUCESSIVO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E O CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO

ENGRÁCIA LUÍS ANTÓNIO

Julho, 2021

## **Agradecimentos**

Em poucas e singelas palavras se regista o nobre contributo de todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram a percorrer esta longa caminhada. Volvidos dois anos de estudo, sacrifício e superação, jamais poderei esquecê-los, motivo pelo qual lhes deixo os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por conceder-me a capacidade de terminar a formação.

Ao Prof. Dr. Diptes C. P. Bhimjee, por ter aceitado o desafio e ser Orientador deste trabalho, pela disponibilidade, atenção e ensinamentos. O meu muito obrigado.

A todos os que participaram nas várias etapas metodológicas da investigação, pela ajuda e colaboração na obtenção das informações, aos Professores e Colegas, pela aprendizagem que me proporcionaram ao longo dos últimos dois anos e por outro lado, aos nossos entrevistados, Dr. Francisco Inglês, Dr. Lino Cassivela Joaquim, Dr. Manuel Zangui e Dr. Pedro Nzola pela entrevista concedida.

Por fim, e não menos importante, um extenso e enorme agradecimento à minha Filha Euridice e o meu filho Samora, ao meu Genro e a toda a Família por serem os pilares da minha vida.

Se percorri este longo e árduo caminho foi por vós e com vocês sempre e todos os dias no meu coração. Mas, foi também porque sempre tive a vossa força, o vosso carinho e a vossa espada motivacional que me ajudaram neste percurso. Sem pilares como vocês dificilmente se ergue uma Família (...) e que Família que eu tenho. Um Obrigado não chega para vos agradecer todo o apoio e carinho.

## **Resumo**

Angola é um país que tem sido enormemente impactado pelo aumento da dívida pública, o que tem suscitado preocupações não só porque as despesas se mantêm elevadas, mais também porque o sector não petrolífero continua a ter uma capacidade limitada de arrecadação de receitas. Isto deve-se em grande parte à falta de diversidade da economia Angolana, o que se pode traduzir nos vários problemas socioeconómicos existentes.

O objeto deste estudo da presente dissertação, prende-se com análise dos sucessivos endividamentos públicos e o crescimento económico angolano. A metodologia utilizada é baseada no estudo de caso, e a investigação centrou-se na pesquisa e análise dos estudos mais recentes realizados a nível mundial em relação a dívida pública Angolana, com a intervenção do Fundo Monetária Internacional (FMI) e bem como as entrevistas realizadas.

O resultado demonstra que a ineficiente gestão de recursos públicos e o índice elevado de corrupção no país contribuíram bastante para a ineficaz utilização de recursos obtidos através do sucessivo endividamento público, que, por sua vez, não proporcionou o desejado investimento e o crescimento económico de Angola.

**Palavra chaves:** Angola, dívida pública, crescimento económico, investimento, políticas económicas.

**Abstract**

*Angola has been strongly impacted by increasing public debt that has raised concerns not only because public expenses remain high, but also because the nonoil sector continues to have a limited capacity in terms of revenue collection. This is largely due to the lack of diversity in the Angolan economy, which can be reflected in the multiple social-economic problems.*

*The main goal of this research is related to the analysis of successive public indebtedness associated with Angolan economic growth. The methodology used is based on case studies, and the research focused on the critical analysis of the most recent studies carried out at a global level in relation to Angolan public debt, namely those associated with the intervention of the International Monetary Fund (IMF), as well as the interviews conducted.*

*Our findings suggest that the poor management of public resources and the high level of corruption in the country have greatly contributed to the misuse of the resources obtained. In turn, successive public indebtedness did not provide the warranted investment and bring about the country's sustainable economic growth.*

**Key words:** *Angola, public debt, economic growth, investment, economic policies*

## Índices

Capítulo I -Introdução-----	1
Capítulo II – Revisão da Literatura-----	3
2. Abordagem teórica sobre a dívida pública e crescimento económico-----	3
2.1. A teoria Keynesiana-----	4
2.2. Constitucionalismo financeiro-----	5
2.3. Finanças modernas-----	5
2.4. A dívida pública e crescimento económico-----	6
Capítulo III – Enquadramento-----	12
3. Desenvolvimento Económico Angolana-----	12
3.1. Evolução da economia angolana-----	12
3.1.1. Economia angolana após a sua independência-----	12
3.1.2. Economia angolana durante o decorrer da guerra civil-----	13
3.1.3. Economia angolana após a guerra civil-----	14
3.2. Impacto do COVID-19 na economia angolana-----	18
3.3. Evolução da taxa de desemprego em Angola-----	20
3.4. Corrupção em Angola-----	22
3.4.1. Cumplicidade internacional-----	23
Capítulo IV-----	24
4. A Dívida Pública e o Desenvolvimento Económico Angolana-----	24
4.1. A evolução da dívida pública angolana-----	24
4.1.1 A evolução da dívida pública entre 2000-2010-----	24
4.1.2 A evolução da dívida pública entre 2010-2019-----	26
4.2. A sustentabilidade da dívida pública angolana-----	28
4.3. A dívida pública e investimento em Angola-----	29

## O Sucessivo Endividamento Público e o Crescimento Económico Angolano

4.3.1. A dívida pública e o investimento público-----	29
4.3.2. Investimento público angolano no período de COVID-19-----	31
4.3.3. A dívida pública e o investimento privado-----	32
4.3.4. A utilização inadequada da dívida pública-----	34
Capítulo V-----	35
5. O Impacto da Dívida Público na Economia Angolana em Comparação com os Países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)-----	35
5.1. A evolução da dívida pública nos países da SADC em especial da Angolana-----	35
5.2. A dívida pública angolana e o seu impacto no crescimento económico em comparação com os países da SADC-----	37
5.3. COVID-19 e o crescimento económico no SADC-----	38
Capítulo VI-----	39
6. Análise das Entrevistas-----	39
Capítulo VII-----	43
7. Conclusão-----	43
Referências-----	46
Anexos-----	51



## Índice de figuras

Figura 3.1. Crescimento do PIB (%) após a independência-----	13
Figura 3.2. Crescimento do PIB (%) no decorrer da guerra civil-----	14
Figura 3.3. Evolução da economia angolana entre 2010-2019-----	17
Figura 3.4. Evolução da taxa de desemprego de 2010-2019-----	20
Figura 3.5. Taxa de desemprego da SADC em relação à taxa de crescimento anual de PIB em 2019-----	21
Figura 3.6. Angola índice de perceção de corrupção-----	23
Figura 4.1. Evolução do rácio da dívida pública em % PIB entre 2000-2010-----	25
Figura 4.2. Evolução do rácio da dívida pública em % PIB entre 2010-2019-----	27
Figura 4.3. Investimento (em % PIB) -----	31

## Índice de tabelas

Tabela 2.1. Conclusões dos diversos autores da literatura empírica-----	10
Tabela 3.1. Evolução dos principais indicadores económicos entre 2002-2008-----	16
Tabela 4.1. Taxa de crescimento real da economia e indicadores fiscais-----	27
Tabela 5.1. A evolução da dívida pública nos países da SADC-----	36
Tabela 5.2. O crescimento do PIB real nos países da SADC-----	38
Tabela 6.1. Caracterização Geral dos Entrevistados-----	40

## Outros anexos

1. Perguntas de investigação-----	51
2. Entrevista de Dr. Francisco Inglês-----	52
3. Entrevista de Dr. Lino Cassivela Joaquim-----	54
4. Entrevista de Dr. Manuel Zangui-----	56
5. Entrevista de Dr. Pedro Nzola-----	57

## **Abreviaturas**

BAI – Banco Angolano de Investimento

BANK – Ativos Depositados nos Bancos Comerciais Dividido pelo total dos Depósitos nos Bancos Comerciais e Banco Central

BCI – Banco de Comércio e Indústria

BFE – Banco de Fomento ao Exterior

BNA – Banco Nacional de Angola

BPA – Banco Português de Atlântico

BPC – Banco de Poupança e Crédito

BTA – Banco Totta e Açores

BVDA – Bolsa de Valores e Derivados de Angola

CBSP – Créditos Concedidos pelos Bancos Comerciais ao Sector Privado

CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica

CISP – Crédito Interno Concedido ao Sector Privado

CMC – Comissão de Mercado de Capitais

ENSA – Empresa Nacional de Seguros de Angola

EUA – Estados Unidos de América

FDES – Fundo Europeu de Desenvolvimento Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GEF – Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros

GIP – Gestão de Investimento Público

GMM – Método dos Momentos Generalizados

GOV – Gastos do Governo

GPIB – Taxa de Crescimento do PIB Real

Gy – Gastos do Governo sobre o PIB

H – Capital Humano

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

INF – Inflação

INV – Investimento Bruto

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPC - Índice perceção da corrupção

IP – Instabilidade Política

Iy – Taxa de Investimento

Km<sup>2</sup> – Quilómetros Quadrados

LDC – Least Development Countries

MFA - Ministério das Finanças de Angola

MEA – Movimento dos Estudantes Angolanos

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NLIP – Nova Lei do Investimento Privado

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OGE – Orçamento Geral de Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial de Saúde

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesas

PPC – Paridade do Poder de Compra

PME – Pequenas e Médias Empresas

PIP – Programa de Investimento Público

PIB – Produto Interno Bruto

PIIM – Programa Integrado de Intervenção nos Municípios

PJFMA - Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting

PPP – Parceria Pública Privada

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública

TI - Transparência Internacional

UA-União Africana

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

## **Capítulo I - Introdução**

O presente estudo trata de factos económicos no âmbito do sucessivo endividamento público e o crescimento económico Angolano, mas antes de aprofundar estes dois pontos é pertinente perceber as características sociodemográficas de Angola.

A República de Angola é um País independente desde 11 de novembro de 1975, o sexto País Africano de maior dimensão, com uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>. Situado na costa ocidental de África Austral, a sul do Equador, cujo território principal é limitado a norte e a Nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. A sua densidade populacional é aproximadamente de 20,1 Hab/ km<sup>2</sup>, o clima tropical predomina ao longo do ano, tem como idioma oficial a língua portuguesa (INE Angola, 2018).

Foi um País que passou por uma guerra civil de 27 anos, desde 1975 a 2002 entre os três grupos que lutaram contra o domínio colonial português a favor da independência: Movimento Popular de Angola (MPLA), Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A economia angolana baseia-se na exploração de petróleo que representa 58% do Produto Interno Bruto (PIB) e de diamantes, e estes dois recursos minerais fortaleceram a economia Angolana na última década, embora seja importante salientar que o País é igualmente rico em minério de ferro, comportando grandes jazidas de cobre, manganês, fosfato, chumbo, estanho, ouro, e prata, recursos esses pouco ou nada explorados. Mas a dependência do petróleo torna de certa forma a economia Angolana vulnerável relativamente ao crescimento do PIB real, da taxa de câmbio, e do preço do petróleo.

A Crise Financeira Global de 2008-09 e o declínio inesperado do preço internacional do petróleo no final de 2014 provocou uma forte redução da receita pública sem que esta fosse acompanhada de uma redução proporcional dos gastos. Por outro lado, o aumento da dívida pública suscita preocupações não só porque as despesas se mantêm elevadas, mais também porque o sector não petrolífero continua a ter uma capacidade limitada de arrecadação de receitas. Isto deve-se em grande parte à falta de diversidade da economia Angolana, o que pode traduzir-se em vários problemas socioeconómicos.

A maior preocupação para além do valor da dívida pública é que as perspetivas da sua redução são pouco animadoras, o que resulta numa dívida externa bruta que poderá alavancar o nível geral de empobrecimento. A dívida pública Angolana continua a crescer, e em 2019 atinge 123.3% do PIB, o valor mais alto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Verifica-se igualmente uma situação inversa com o crescimento económico que tem vindo a registar o crescimento negativo ao longo dos últimos anos em que a dívida tem vindo a crescer, e tem-se igualmente verificado a redução do investimento público no País.

Portanto, é fundamental perceber que com a redução do investimento público é necessário estimular o aumento do Investimento Privado para construir um Estado social equilibrado e sustentável a médio e longo prazo. Os poucos benefícios do crescimento económico Angolano chegam de maneira desigual à população, sendo visível o rápido enriquecimento de forma ilícita de um segmento social ligado aos detentores do poder político, administrativo e militar. No País, grande parte da população vive em condições de pobreza relativa, com grandes diferenças entre meio urbano e o meio rural (Oliveira, S. d. 2012).

No entanto, Angola continua a enfrentar enormes desafios de desenvolvimento, que incluem a redução da dependência do petróleo e a diversificação da economia, a reconstrução das infraestruturas, o aumento da capacidade institucional e a melhoria dos sistemas de governação e de gestão das finanças públicas, dos indicadores de desenvolvimento humano, de combate a corrupção, das condições de vida da população e do sucessivo endividamento público. E é por isso que decidimos estudar o sucessivo endividamento público e o crescimento económico em angolano no período compreendido de 2000 a 2020, que é o objeto desta Dissertação. A escolha metodológica irá recair sobre o estudo de caso, acompanhada de uma qualificada revisão de literatura, recolha de dados e entrevista com algumas personalidades do País (dirigentes políticos, funcionários das instituições públicas e privadas e académicos estudiosos). A comparação com os Países da SADC está refletida na estrutura da presente Dissertação, nomeadamente na revisão. Posteriormente, no segundo e terceiro tópico, far-se-á uma breve apresentação do desempenho económico e do sucessivo endividamento público da Angola, obtidas desde a sua independência, que serve para quantificar os resultados, essencialmente no que tange o relacionamento entre o crescimento económico e sucessivo endividamento no País. A quarta secção, destinada

à análise comparativa entre os resultados do crescimento económico e da dívida pública de Angola com os dos Países pertencentes à SADC, demonstra e consolida uma visão geral e global da relação da dívida pública e crescimento angolana em relação aos países do SADC. Por fim, uma quinta secção aborda a análise crítica das entrevistas efetuadas a um painel qualificado e competente nestas matérias. Seguem-se então as considerações finais da presente Dissertação.

## **Capítulo II – Revisão de Literatura**

### **2. Abordagem teórica sobre a dívida pública e crescimento económico.**

Num regresso à escola clássica de pensamento económico, Adam Smith defendeu um papel mínimo para o Estado, numa altura em que o pensamento mercantilista era dominante, o peso dos impostos aduaneiros era elevado, e não havia sequer imposto geral sobre o rendimento (Smith, A. 1776). A tributação financeira representava assim um entrave à circulação de mercadorias e ao crescimento económico. Este autor considera que o mercado deve funcionar com a mínima interferência do Estado, quer no que toca à tributação das atividades económicas, quer no que respeita à circulação das mercadorias e fatores produtivos, pois apenas dessa forma seria possível estimular o crescimento económico (Pereira et al, 2016).

Esta abordagem considera que a atividade do sector público se limita a ter expressão no orçamento do Estado, não havendo lugar para uma grande atividade a nível empresarial, e limitando o seu papel à construção de algumas infraestruturas, defesa nacional e outros serviços de administração. As finanças públicas clássicas apontam para um orçamento equilibrado, neutro e reduzido, e enquanto fonte de financiamento, privilegiam os impostos e não o recurso ao endividamento. Essa era a condição desejável de Adam Smith, mas que não era a realidade das finanças públicas neste período. Em relação ao peso do Estado na economia, o mesmo era reduzido (cerca de 12%), mas já em relação à dívida pública, esta última era muito elevada (Smith, A. 1776). Considera que os mercados eram tendencialmente autorregulados, caminhando para o equilíbrio se não forem afetados negativamente pela intervenção estatal.

## **2.1. A teoria Keynesiana**

As primeiras medidas que, de modo mais evidente, consubstanciaram um sinal de mudança na forma de encarar o papel do Estado e das finanças públicas, tiveram a sua origem em grande parte na Grande Depressão ocorrida nos E.U.A. em 1929 e anos 30. Uma forte recessão económica nesse País, com elevadas taxas de desemprego, decréscimo acentuado do Produto, e significativa desigualdade social, teve efeitos globais negativos, quer nas economias dos países industrializados, quer nos países em vias de desenvolvimento. Para Pereira et al (2016), com a existência desta profunda crise, chegou-se à conclusão de que nem sempre os mercados são autorreguláveis, e que pode ser necessário a intervenção pública para dinamizar o crescimento económico e potenciar o emprego, e onde demonstraram que a teorização deste fenómeno surgiu com a obra de Keynes (1936), que explica como as economias podem estar em situação de equilíbrio abaixo do pleno emprego, e que, para relançar a procura agregada efetiva, pode ser necessário a componente associada à despesa pública, mesmo que menos produtiva.

O papel do Estado na estabilização macroeconómica traduz-se na componente de redistribuição de rendimento e de serviços básicos para os mais carenciados, e são dois elementos determinantes que caracterizam as finanças intervencionistas, dado que se considera que nem o mercado é autorregulado (levando a situações de subemprego), nem é um processo justo (Pereira et al, 2016). E para eles, nesta conceção, não é atribuída particular importância às regras de equilíbrio orçamental, à exceção da designada “regra de ouro” das finanças públicas, em que se defende que o saldo corrente deve ser superavitário ou nulo. Aliás, a própria gestão macroeconómica de cariz Keynesiano sugere a existência de défices crescentes em períodos de recessão económica, e de défices menores ou de saldos superavitários em períodos de expansão económica.

Por outro lado, os pressupostos Keynesianos consideram a despesa pública como um fator exógeno, o qual pode ser utilizado na implementação da política económica. Na suposição subjacente à Lei de Wagner, a causalidade seria do Rendimento Nacional para a Despesa Pública, enquanto na teoria Keynesiana, a causalidade seria da despesa pública para o Rendimento Nacional (Keynes, 1936).

Com efeito, uma das questões habitualmente referidas no contexto das finanças públicas é a chamada Lei de Wagner. Wagner (1911) propõe a existência de uma tendência de longo prazo para o crescimento da despesa pública em relação ao rendimento. Ou seja, esta lei estipula que a procura de bens e serviços fornecidos pelo Estado é elástica em relação ao rendimento. Isso implicaria que a despesa poderia ser tratada como um resultado, ou um fator endógeno, e não como uma causa de crescimento do rendimento nacional. De um modo geral, os estudos teóricos baseiam-se apenas em evidências empíricas pouco consensuais ou conclusivas.

## **2.2. Constitucionalismo financeiro**

Segundo Pereira et al, (2016), as décadas de 70, 80, e 90 do século passado estiveram na origem de uma linha de pensamento de acordo com a qual certos economistas se comesçassem a questionar sobre a dimensão do Estado na economia. O problema não era apenas relativo à dimensão, mas também a importância da dívida pública, e o peso dos encargos com o serviço da dívida (juros da dívida) na estrutura da despesa pública.

O argumento é de que, sem limitações, os governos incorreriam em défices excessivos, com as consequências e os problemas já analisados anteriormente quando se referiu o Estado imperfeito. Mais recentemente, vários países introduziram nas suas Constituições regras relativamente ao equilíbrio do saldo orçamental (estrutural) na sequência da chamada crise das dívidas soberanas. Uma versão mais radical desta abordagem é a que defende a necessidade da existência de orçamentos equilibrados ano a ano; outra, mais moderada e adotada pelos países da U.E.M., consiste em definir trajetórias temporais para a dívida pública e para o défice anual estrutural das contas das administrações públicas, em função de valores de referência para este défice e expurgando o efeito do ciclo económico no défice. Por outro lado, a estrutura do poder político, nomeadamente a descentralização política que se concretiza na existência de diferentes níveis de governo (central, regional e local) também constitui uma forma de evitar alguns problemas, como seja um excessivo poder do executivo.

## **2.3. Finanças modernas**

As finanças modernas têm um misto de algumas das características do modelo intervencionista e do modelo do constitucionalismo financeiro, na medida em que, no fundo, há alguns aspetos do Estado de bem-estar, na sua componente redistributiva



(Musgrave, 1980). Para ele, todos os países desenvolvidos tipicamente aceitam, muito embora reconheçam a necessidade de certas restrições de natureza constitucional.

Essas características comuns são tipicamente as seguintes:

- 1) As finanças modernas devem ser sustentáveis. Isto significa que os défices públicos e a dívida pública são controlados de forma a manterem uma estabilidade inter-temporal; isto parece exigir algumas regras de natureza constitucional e a sustentabilidade das despesas de segurança social e de saúde no Orçamento do Estado, na medida em que estas comportam uma parcela significativa das despesas com finalidades de melhor afetação dos recursos e de crescimento económico, e outra parcela substancial dirigida à promoção da justiça social e diminuição das desigualdades;
- 2) As despesas correntes são totalmente financiadas por receitas correntes (sobretudo, impostos), enquanto que parte das despesas de capital são financiadas por recurso ao endividamento.
- 3) A atividade financeira do Estado não se limita às administrações públicas, mas também abrange o sector público empresarial. Contudo, e como se referiu anteriormente, existem diferenças.

#### **2.4. A dívida pública e crescimento económico**

Nos últimos anos tem-se verificado o aumento do estudo sobre a dívida pública e crescimento económico e dos mecanismos que contribuíram para a diferença do crescimento económico mundial. Com o surgimento da Crise Financeira Global, que provoca um aumento substantivo do rácio da dívida pública sobre o PIB, que cada vez mais os especialistas afirmam que “desta vez é diferente”, alegando que as velhas regras de avaliação não se aplicam mais e que a nova situação tem pouca semelhança com desastres anteriores (Reinhart e Rogoff, 2009). Estes últimos autores abordam 66 países em cinco continentes, e apresentam uma visão abrangente sobre as variadas crises financeiras, e que descrevem de forma rigorosa os oito séculos surpreendentes de inadimplência governamental, pânico bancário, e picos inflacionários, desde a desvalorização das moedas medievais até a atual catástrofe do ‘Suprime’, quando os aumentos de preços ultrapassaram em muito o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e em retrospectiva, o preço dos imóveis estavam claramente ao abrigo de uma bolha especulativa. Usando análises claras e precisas e dados abrangentes, Reinhart e

Rogoff (2009) documentam que os efeitos colaterais financeiros ocorrem em *clusters* e atacam com frequência a duração e feracidade surpreendentemente consistentes. Eles examinam os padrões de quedas cambiais, alta e hiperinflação e inadimplências dos governos relativamente às dívidas internas e externas, bem como os ciclos de preços dos imóveis e ações, fluxos de capital, desemprego e receitas do governo em torno dessas crises. Desde então, muitos estudos têm sido publicados sobre a relação entre a dívida pública e o crescimento económico, sobre diferentes vertentes e abordagens.

Reinhart e Rogoff (2010) estabelecem um limite para a dívida definida como aquele que se situa até 90% do PIB, na medida em que a ultrapassagem desse limite tem efeitos negativos sobre o crescimento económico. Reinhart e Rogoff (2010) procuram avaliar o impacto da dívida pública no contexto macroeconómico de longo prazo e as consequências para a dívida interna e externa crescimento económico e inflação, baseando-se na classe etária populacional envelhecida e o seu contributo para a segurança social. Sendo assim, os autores recorrem a dados de 44 países, abrangendo aproximadamente dois séculos e um total de 3700 observações anuais. Estes autores efetuam uma análise relativamente a países diretamente afetados por crises financeiras, separando países desenvolvidos de países em desenvolvimento. Reinhart e Rogoff (2010) relacionam efeitos da dívida pública no crescimento económico e inflação nos países desenvolvidos e nas economias emergentes, para analisar o custo da dívida resultante da crise financeira. O principal foco de Reinhart e Rogoff (2010) está centrado num grupo de 20 países desenvolvidos (onde Portugal está incluído), usando variáveis macroeconómicas, como a inflação, dívida pública, a taxa de crescimento médio e a mediana do PIB. Tendo em conta os dados observados, estes autores agrupam os dados referentes à dívida pública em 4 categorias. Para níveis com o rácio da dívida face ao PIB superior a 90% existe uma correlação negativa com PIB, criando fricções significativas ao crescimento económico. Fazem um estudo mais detalhado sobre países desenvolvidos, estando Portugal incluído nesta análise referente ao período de 1851-2009. Os autores chegam às conclusões abaixo descritas:

I) Que para um rácio da dívida pública inferior aos 90% não há uma relação direta entre a dívida e o crescimento económico.

II) Quando o rácio é superior a 90%, os autores observam uma redução da taxa mediana de crescimento em 1.7%. Enquanto a taxa de crescimento média sofre uma redução de 4%, menor do que a dos países com rácio de dívida mais baixo.

III) Para níveis compreendidos entre 30 e 60% apresenta um crescimento médio de 2,5%.

IV) Enquanto que para níveis de dívida entre 60 e 90% o crescimento médio é cerca de 1,4%.

Reinhart e Rogoff (2010) chegam a conclusão de que até 2009 em Portugal não se constatou níveis de rácio da dívida em relação ao PIB superiores a 90%. Os autores baseiam-se em dados de painel sem considerar as características de cada país e não permitindo realizar testes de causalidade individualmente. Por dificuldades na obtenção de séries longas para os países desenvolvidos, os autores analisam com maior detalhe as economias emergentes.

Reinhart e Rogoff (2010) estudam igualmente o papel da dívida externa de 24 economias emergentes, e os efeitos são muito semelhantes, sendo a única diferença a relação existente entre a dívida externa bruta, crescimento económico, e inflação, ou seja à medida que aumenta o rácio da dívida de 30% para 90%, o nível de inflação aumenta significativamente, passando de valores inferiores a 7% para valores próximos de 16%. Utilizando a mesma metodologia, constata-se que os limites para a dívida externa são inferiores aos da dívida pública total.

Como conclusão, verifica-se uma queda do PIB a partir de 60%, que se acentua significativamente quando o rácio de endividamento sobre o produto é superior a 90%. As crises financeiras agravam a situação das finanças públicas de alguns países europeus, o nível da dívida pública, e o crescimento económico.

Kumar e Woo (2010) e Checherita- Westphal e Rother (2010) concluem que altos níveis de dívida retardam o crescimento, conduzindo em grande medida a uma desaceleração do crescimento, da produtividade do trabalho, fruto da redução do investimento e do *stock* de capital. Estes autores abordam questões de não-linearidade e os efeitos de limiar da dívida e do crescimento económico. Considerando que não é só a dívida elevada que tem um efeito adverso sobre o crescimento económico, mas o baixo

crescimento também pode levar a dívidas elevadas, podendo fazer-se um estudo da dívida pública e crescimento económico em conjunto utilizando uma terceira variável.

Os autores exploram o impacto da dívida pública elevada no crescimento do PIB *per capita*. Através de um estudo utilizando dados em painel usando uma amostra de economias avançadas e emergentes no período de 1970 a 2007, conclui-se que um aumento médio de 10 pontos percentuais no rácio da dívida por PIB origina um abrandamento no crescimento PIB *per capita* do capital real de 0,2 pontos percentuais por ano, sendo o impacto menor nos países desenvolvidos. No entanto, existe evidência empírica que a relação entre estas duas variáveis não é linear. Ao analisar os componentes do crescimento económico, os autores indicam que os efeitos adversos se devem essencialmente à redução na produtividade, consequência da diminuição do investimento, e do *stock* de capital. Estes autores consideram ainda que aumentos das taxas de juro de longo prazo, aumentos de impostos, elevada inflação, uma grande incerteza no investimento e crises económicas, são fatores que contribuem para a diminuição do crescimento económico. Contudo, estes autores não conseguem provar a relação inversa entre dívida pública e crescimento económico (bidirecionalidade). Os resultados de Ferreira (2014) e Misztal (2010) já demonstram, no entanto, uma relação bidirecional. Uma maior taxa de crescimento do PIB reduz a dívida pública, mas, ao mesmo tempo, um aumento da dívida afeta negativamente o crescimento económico.

De acordo com algumas teorias que estabelecem o limiar a partir do qual a dívida tem um impacto negativo no crescimento económico, Checherita-Westphal e Rother (2010) abordam a existência destes limiares de dívida. Os autores analisam 12 países da Zona Euro ao longo do período entre 1970-2010, abarcando um intervalo temporal de 40 anos. Este estudo utiliza dados em painel e analisa o impacto médio da dívida pública em relação ao PIB *per capita*. Quando o rácio da dívida pública se situa entre 90% e 100%, passam a existir efeitos nefastos da referida dívida sobre o crescimento económico. Os valores referentes à dívida pública começam a abrandar quando os valores se situam entre 70 e os 80%, o que significa que à medida que estes valores diminuem, a dívida diminui, sendo por isso necessário diminuir o endividamento público e fazer uma gestão mais eficaz das políticas aplicadas. O mesmo estudo permite concluir que a variação anual da dívida pública e o rácio do *deficit* orçamental tendo em conta o Produto Interno Bruto (PIB) apresentam uma relação linear negativa com o crescimento do PIB *per capita*.

Não obstante, é importante salientar que o artigo original de Reinhart e Rogoff (2010) sobre esta matéria foi objeto de revisão científica por diversos autores. Égert (2012) argumenta que, ao realizar exercícios em amostras diferentes, a evidência empírica de um limiar de 90% encontrado por Reinhart e Rogoff (2010) não se mantêm em todas as amostras. Em alguns casos, o efeito não linear negativo até aparece em menores níveis de dívida (entre 20% e 60%).

Estudos mais recentes consideram pouco precisos os estudos de linearidade e limiares usando modelos de dados de painel, pois, segundo alguns autores, os efeitos assimétricos de política fiscal podem motivar um efeito não linear da dívida pública sobre o crescimento do produto em economias avançadas.

**Tabela 2.1. Conclusões dos diversos autores da literatura empírica**

<b>Reinhart e Rogoff (2010)</b>	<b>Reinhart e Rogoff (2010)</b>
Reinhart e Rogoff (2010) chegaram as seguintes conclusões: num estudo de 20 países desenvolvidos (sendo Portugal um deles), para rácios da dívida pública inferiores aos 90% não há uma relação direta entre a dívida e o crescimento económico. Quando o rácio é superior a 90% podemos observar uma redução das taxas do ‘median growth’ em 1%, enquanto a taxa de crescimento médio sofre uma redução de aproximadamente 4%. Não há um padrão de simultaneidade entre o aumento da inflação e da dívida. Analisando os últimos 20 anos pode-se observar que dados superiores a 90% estão normalmente associados a um crescimento médio do PIB de 1,7% ao passo que rácios inferiores (high debt)	Em relação as 24 economias emergentes Em termos de dívida externa, por dificuldade na obtenção de séries longas para os países desenvolvimentos, os autores analisam com maior detalhe as economias emergentes, tentando perceber a relação entre a dívida externa bruta, crescimento económico e inflação. Recorrendo a metodologia semelhante, constata-se que os limites para a dívida externa são inferiores da dívida pública total, deste modo a partir de 60%, começa-se a verificar uma queda PIB, que se acentua quando o rácio é superior a 90%. Os autores chegam à conclusão que isto serviria para explicar grande parte dos <i>default</i> na dívida externa ocorridos nas economias emergentes desde 1970, apesar de respeitarem o limite instituído pelo pacto

	de estabilidade e crescimento 60%
<p><b>Checherita e Rother (2010)</b></p> <p>Concluíram que não existe uma relação linear entre a dívida pública e o crescimento económico. No entanto quanto o rácio da dívida pública relativamente ao PIB se encontra os 90% e 100%, isto causa efeitos nefastos ao nível do crescimento económico, sendo que os efeitos do acentuado crescimento da dívida pública começam a ser sentidos quando o rácio se situa entre 70 e os 80% o que aponta para a necessidades de políticas de endividamento público mais prudentes.</p>	<p>Concluíram ainda os autores que a variação anual da dívida e o rácio do <i>deficit</i> orçamental em termos do PIB apresentam uma relação linear negativa com o crescimento do PIB per capita. Segundo Checherita e Rother (2010), a dívida pública influencia a taxa de crescimento económico através dos seguintes canais: poupança privada, investimento público, produtividade total e as taxas de juro soberanas reais e nominais a longo prazo.</p>
<p><b>Kumar e Woo (2010)</b></p> <p>Os resultados apontam para uma relação inversa entre o nível inicial da dívida pública e o crescimento económico. Para um nível de dívida pública entre 60% e 90% do PIB, um aumento de 10% na dívida pública causa uma redução de 0.2% por ano no PIB, sendo o impacto menor nos países desenvolvidos. No entanto existe evidência que a relação entre dívida pública e crescimento económico não é linear. No entanto consideram que os efeitos adversos se devem essencialmente à redução na produtividade que é explicado pela redução do investimento e do stock de capital.</p>	<p>Também concluíram que a diminuição do crescimento económico pode ocorrer através de uma variedade de canais: aumento da taxa de juro de longo prazo, possibilidade de aumentos de impostos, elevada inflação, grande incerteza, ou então a vulnerabilidade a crises. Os autores afirmam que elevados níveis de dívida podem contribuir para a redução do crescimento potencial.</p>

### **Capítulo III**

#### **3. Desenvolvimento económico Angolano**

##### **3.1. Evolução da economia Angolana**

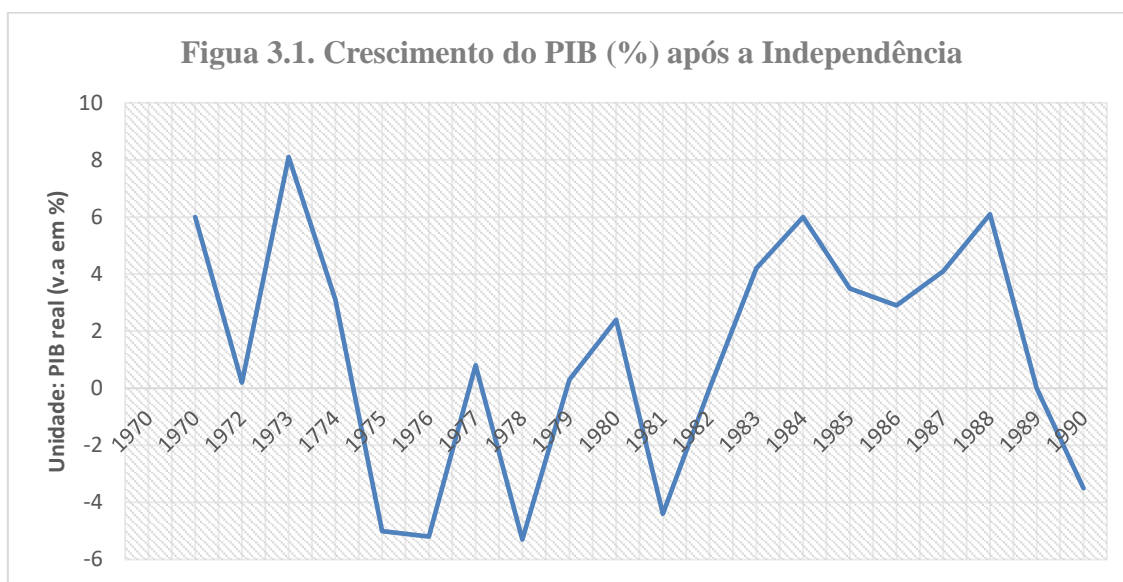
Neste estudo, vamos analisar a economia Angolana em três momentos distintos: (i) no primeiro momento vamos analisar o crescimento da economia Angolana logo após a sua independência em 1975; (ii) de seguida vamos analisar a economia angolana no decorrer da guerra civil que abalou o país entre 1988 a 2002; e, por último, (iii) iremos analisar o crescimento da economia Angolana após a guerra civil, a partir de 2002 até à data atual.

##### **3.1.1. Economia Angolana após a sua independência**

Ao longo do período que avizinhava a independência, a colónia Angolana teve um nível de crescimento económico consideravelmente acelerado, no período que vai de 1960 a 1974. Segundo Valério e Fontoura (1994), esse crescimento deve-se à existência de uma exportação considerável de produtos agrícolas como: café, algodão, sisal, açúcar e outros proveniente de plantação; milho proveniente de explorações tradicionais; minerais como diamante, ferro, e petróleo, bem como serviços, particularmente através de trânsito para o Shaba (antigo Catanga), pelo caminho de ferro de Benguela, devido ao início de um processo de industrialização do País, algo que contribuiu muito nos dois últimos anos antes da independência. Havia quase autossuficiência da colónia Angolana quanto a produtos alimentares básicos, com expressiva exportação de milho, e a pesca do seu rico litoral sul que servia de sustentáculo a uma indústria de processamento para a exportação, responsável por um importante valor agregado com reflexos positivos sobre as receitas cambiais (Cacutoi, 2001).

Com a independência dos primeiros anos, o desempenho económico foi muito fraco, e o elemento de ligação essencial da economia ao exterior passou a ser o petróleo. Para Valério e Fontoura (1994), a base produtiva anterior foi sendo destruída e evoluiu para uma combinação de empresas públicas, mercados paralelos, e economia de autoconsumo. Por outro lado, os proprietários portugueses abandonaram massivamente as suas propriedades produtivas que passaram a ser geridas pelo Governo; a nova autoridade, com pouca experiência de administração, conduziu a uma interrupção no crescimento económico, com pouca oscilação no período compreendida de 1975 a 1982.

De 1982 a 1988, a economia Angolana conheceu uma boa dinâmica macroeconómica, com um elevado crescimento do PIB, atingindo um valor de 6% em 1984 e 6,1% em 1988, valores que não foram registados desde 1973. Com acentuação da economia na produção do petróleo, a economia Angolana passou a apresentar um perfil do mono-produção, e o petróleo passou a financiar a produção (Gonçalves, 2010). Em 1986, o País deparou-se com choque da queda dos preços do petróleo (de 27 para 13 dólares/barril), o que levou a uma queda do PIB para 2,9%; segundo ele, Angola perdeu cerca de 700 milhões de dólares em relação às previsões da época, e a importação de alimentos foi reduzida, o que levou a um aumento dos preços e à dificuldade de vida dos Angolanos.



Fonte: [countryeconomy.com](http://countryeconomy.com)

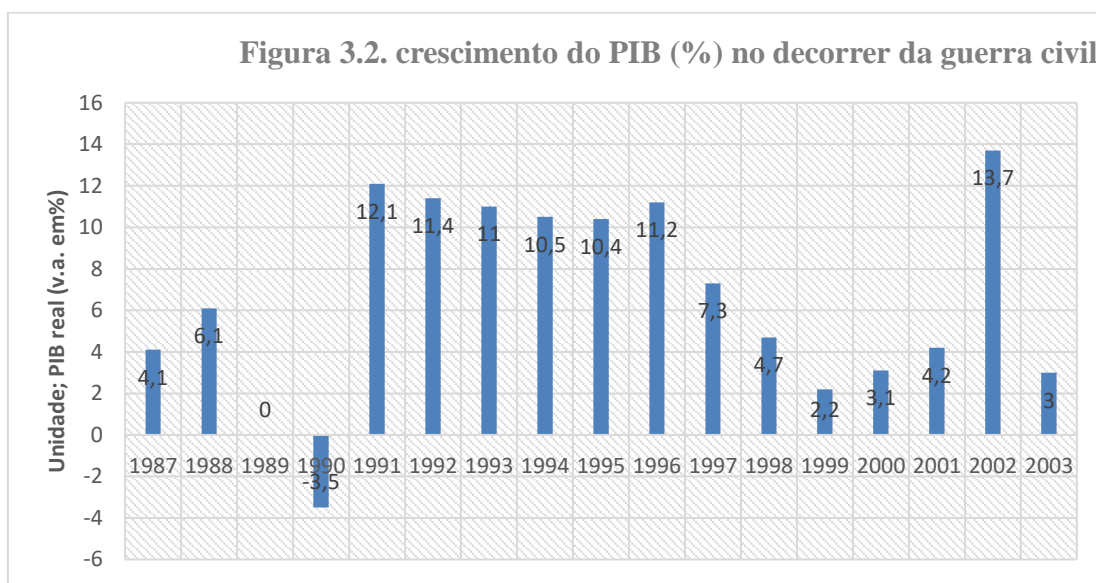
### 3.1.2. Economia Angolana durante o decorrer da Guerra civil

A década de 90 constitui um marco de grande importância na história da economia Angolana, pois foi o período de grandes mudanças na política económica, que permanecem atualmente em execução. É o período em que o governo Angolano deixou de ser o principal agente económico, abandonando o modelo socialista de desenvolvimento, e fez a transição da economia centralizada para a economia de mercado, facilitando a abertura ao empresariado nacional privado.

Enquanto durou a guerra civil, que terminou em 2002, Angola registou taxas de inflações anuais superiores a 100%. Apesar da criação de uma série de programas para combater a inflação e abandono do planeamento centralizado, abraçou-se a economia de



mercado. Todavia, o nível de inflação permanece elevado, devido aos enormes desequilíbrios orçamentais, juntamente com os consideráveis défices das operações do Banco Central, que minaram a estabilidade dos preços (Econ, 2005). Com o aumento da extração do petróleo, no contexto de uma conjuntura de preços mundiais firmes, as receitas provenientes de petróleo e elevados empréstimos garantidos pelo petróleo, contraídos juntos dos Bancos comerciais internacionais, serviram para financiar o aumento constante das despesas como: salários de grandes efetivos militares e funcionários públicos, compras de armas e subsídios ao consumo. Para Econ (2005), essas situações são difíceis de inverter nos períodos de baixa dos preços do petróleo e/ou de baixa de reservas petrolíferas. Essa política conduziu Angola ao longo dos anos a uma baixa das reservas de divisas e a enormes défices públicos. Para Econ (2005), não existe um instrumento de ancoragem política que é o Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DERP), que, segundo este autor, embora tenha sido lançado desde 2004, o processo DERP não tinha sido efectivamente concretizado.



Fonte: Countryeconomy.com

### 3.1.3. Economia Angolana após a guerra civil

Com o final do conflito armado em 2002, e com o preço do petróleo em ascensão, abrem-se novos horizontes de prosperidade para a sociedade Angolana. Tudo começou em 1999 quando se procedeu à liberalização cambial e monetária, que, segundo o Banco de Portugal (2002) no seu relatório anual de evolução das economias dos PALOP,

obteve resultados visíveis em diversos domínios, “desde a redução das distorções comerciais, cambiais e tributárias, até ao aumento e diversificação da produção não-petrolífera”. Apesar dos resultados ainda insuficientes e com um ritmo relativamente lento, tendo em conta o nível geral de carências económicas da sociedade Angolana.

Com a assinatura do cessar-fogo, em abril de 2002, embora não tendo sido refletido claramente na economia, mas deu-se um progresso significativo na intermediação financeira e no aumento de intenção de investimento, tanto nacional como estrangeiro, dirigidas à economia não-petrolífera, cujo crescimento anual teria rondado em 8% (Banco de Portugal, 2003/2004). Quanto ao sector do petróleo, mais predominante na economia angolana, que foi objeto de expansão ao longo de guerra, segundo o referido relatório, acusou uma ligeira retração de -1,0% face a 2002, devido ao esgotamento de certas fontes do petróleo em algumas zonas de produção mais antiga. Em 2004, a economia cresceu cerca de 11% em termos reais e continuou o processo de desinflação iniciada em meados de 2003 e com as contas externas com saldos positivos, quer na balança corrente quer da global, o que não se registou desde 2000.

Nos anos de 2004 a 2008, Angola registou um elevado crescimento económico; segundo o Banco de Portugal (2007/2008), no seu relatório anual da Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste, a economia Angolana apresentou um crescimento económico excecionalmente elevado; as taxas de crescimento reais do PIB nos últimos três anos registaram valores próximos dos 20%, situando Angola entre os países de maior expansão económica no mundo; mas para a Universidade Católica de Angola (2009) no seu relatório de Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), essas elevadas taxas de crescimento verificadas em Angola não se refletiram numa melhoria de condições de vida da população em geral, pois segundo este último relatório, este crescimento foi de natureza essencialmente quantitativa, e beneficiou da elevada taxa de poupança global em empréstimos externos e do investimento direto estrangeiro, em particular nos sectores de petróleo.

**Tabela 3.1. Evolução dos principais indicadores económicos entre 2002-2008**

<b>Principais Indicadores Económicos entre 2002-2008</b>							
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>PIB real (t.v.a em %)</b>	14.4	3.4	11.2	20.6	18.6	23.3	13.8
<b>Inflação (t.v.a. média)</b>	119.1	109.0	43.5	23.0	13.3	12.2	12.5
<b>Massa Monetária (t.v. anual)</b>	158.0	67.6	49.8	59.7	59.5	49.5	93.5
<b>Balança corrente (% PIB)</b>	-1.4	-5.2	3.5	15.7	23.3	15.6	8.5
<b>Saldo orçamental (% PIB)</b>	-7.5	-7.8	-1.6	7.4	14.8	11.4	8.9
<b>Divida externa (% PIB)</b>	71.5	70.6	54.8	37.6	20.8	16.2	175

Fonte: Banco de Portugal (2004/2008 e 2009/2010). Evolução das Economias de PALOP e de Timor-Leste, relatórios anuais.

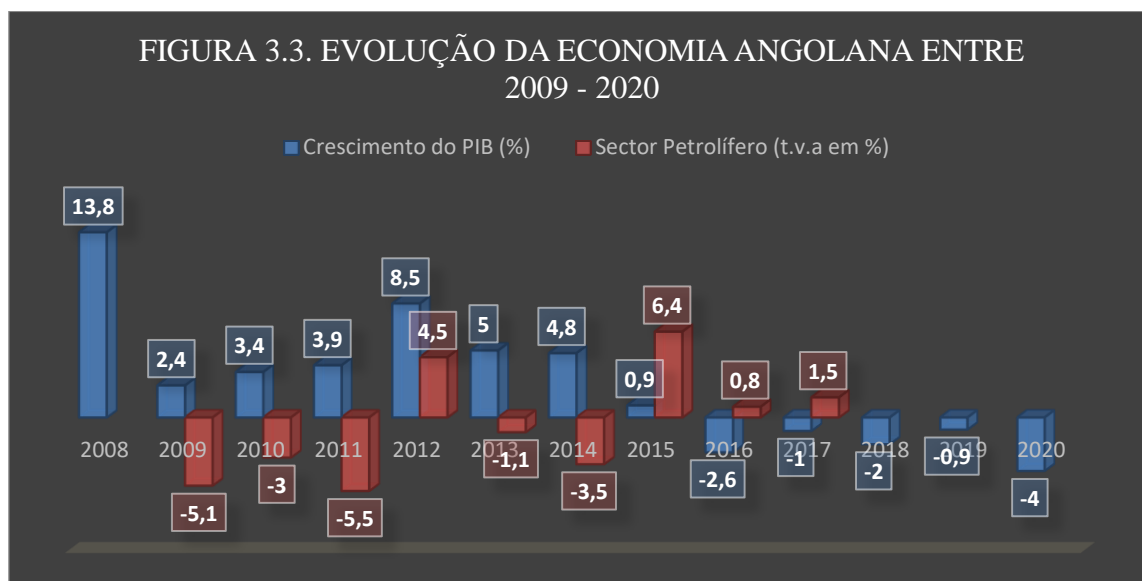
Dada a Crise Financeira Global de 2008/2009, o choque externo atingiu fortemente a economia Angolana, dada a sua dependência no sector de petróleo, o que fez sentir-se sobretudo pela via da deterioração dos termos de troca, devido à queda abrupta dos preços internacionais do petróleo, que ronda cerca de 76% entre meados e finais de 2008. Segundo relatório de Banco de Portugal (2009/2010), a economia Angolana foi fortemente atingida devido à sua elevada dependência do sector petrolífero, que, segundo o mesmo relatório, representa cerca de 58% do PIB no triénio 2006/2008, caindo este valor para 41% em 2009.

Com o aumento das receitas petrolíferas e a execução bem sucedida do programa de ajustamento macroeconómico estabelecido em finais de 2009 pela autoridade Angolana, e com o apoio financeiro de Fundo Monetária Internacional (FMI), que segundo relatório de Banco de Portugal (2011/2012), envolve um financiamento de USD 1.4 mil milhões, o maior montante alguma vez disponibilizado pela instituição a um país subsaariano, foi concluído com sucesso em fevereiro de 2012, dando-se um impacto/estímulo positivo, e colocando a economia Angolana numa trajetória de crescimento. Como tem vindo a diminuir o valor acrescentado criado pelas atividades ligadas a exploração petrolíferas (-3,5% em 2014) devido à queda na produção resultante de manutenção nalguns blocos de produção, a economia Angolana colapsou em 2015, com a queda muito acentuada no preço do petróleo iniciada na segunda metade de 2014, considerando que, segundo relatório de Banco de Portugal (2014/2015), o preço médio do barril de petróleo era cerca de 43% em 2015 inferior ao registado no ano anterior. Neste ano, continua assim a conjuntura económica em 2015

fortemente condicionada pelos desenvolvimentos nos mercados internacionais e petróleo. Choque substancial sobre os termos de troca de uma economia em que o setor petrolífero representa 30% do PIB e mais de 95% das exportações em 2019 (Banco de Portugal, 2019/2020).

Os excedentes gémeos de 2018 e 2019 nas esferas orçamental e externa deverão dar lugar a défices em 2020. Para Rocha (2016), o ciclo do petróleo está na verdade a acabar, não apenas enquanto fonte de financiamento da atividade económica de alguns países e financeira dos seus Estados e Governos, mas igualmente como uma componente da produção nacional.

E segundo ele, o Professor Mark Roland Thomas (Gerente do Departamento de Macroeconomia e Gestão fiscal para África do Banco Mundial), numa palestra na UCAN/CEIC no dia 28 de janeiro afirmou que ficou claro quais os desafios que as economias africanas defrontam no futuro, em particular para as que têm centrado o seu modelo de crescimento na exploração de petróleo e na concentração do rendimento derivado desta atividade numa pequena elite política e empresarial.



Fonte: Banco de Portugal (2013/2014 e 2019/2020). Evolução das Economias de PALOP e de Timor-Leste, relatórios anuais.

### Resumo

O crescimento económico verificado em Angola nos últimos anos é mais de natureza quantitativa, não houve uma melhoria proporcional das condições de vida da população e o rendimento nacional está mal distribuído, com uma camada da população muito

afluente e outra numa extrema pobreza. A elevada taxa de poupança global apresentada no País ao longo dos anos tem incidência no investimento direto estrangeiro, com maior incidência no sector de construção civil, diamantífero, e do petróleo, que ocupam a maior percentagem do PIB nos últimos anos. O domínio destes sectores na economia angolana deve-se à fraca diversificação da economia e constitui um dos entraves ao desenvolvimento económico sustentável do País. E por outro lado, a ausência de competências técnicas significativas faz com que os sectores com maior percentagem no PIB do País, a sua produção seja assegurada e dependa essencialmente do capital e tecnologia estrangeira que ainda é muito evidente nos dias de hoje. Outro problema associado além da dependência petrolífera tem a ver com a dependência relativamente à conjuntura internacional em relação à dinâmica do mercado petrolífero global, pelo que o País fica vulnerável e exposto a crises de origem nos mercados internacionais, devido às flutuações do preço do petróleo no mercado internacional. Ficou claro que é urgente a diversificação da economia angolana dadas as dificuldades que tem vindo a enfrentar o sector petrolífero, a fim de reduzir persistentes choques externos sobre a economia.

### **3.2. Impacto do Covid-19 na Economia Angolana.**

Com o surgimento da pandemia de COVID-19 na China em 2019 e que rapidamente se espalhou pelo mundo no início de 2020, o que provocou grande impacto na economia dos países e na vida das famílias, facto que levou à canalização de todos esforços humanos, científicos, e financeiros de governo de todo mundo na sua luta de forma a mitigar o sofrimento das famílias e da economia como um todo. A crise económica e financeira pré-existente não é fruto da pandemia, mas a Covid-19 veio complicar significativamente uma situação já existente, tornando-a ainda mais difícil.

O Presidente da República João Lourenço, na sua comunicação feita perante a Assembleia Nacional no dia 15/10/2020, afirmou que “a principal prioridade é trabalhar para a reanimação e diversificação da economia, aumentando a produção nacional de bens e de serviços básicos, aumentar o leque de produtos exportáveis e aumentar a oferta dos postos de trabalho” (Governo de Angola, 2020).

Para o Presidente angolano, a quase paralisação da economia em razão da crise pandémica, que obrigou ao confinamento forçado dos trabalhadores e restantes cidadãos para a salvaguarda das suas vidas, adiou a retoma económica, prevista para 2020. Segundo Ganhão (2020), o Presidente Angolano João Lourenço afirmou que “todas as

previsões anteriores à crise apontavam que em 2020 Angola iria crescer em torno de 1,8%. Em consequência da crise pandémica, espera-se agora que o País venha a evidenciar uma taxa negativa de crescimento na ordem de 3,6%.” Neste ano foi aprovado no Ministério das Finanças um pacote de medidas transitórias de resposta à baixa do preço do petróleo e ao impacto da pandemia da Covid-19. O pacote prevê a cativação de 30% das despesas da categoria “Bens e Serviços”, a suspensão de parte das despesas de capital que não tenham financiamento garantido e das despesas de apoio ao desenvolvimento que não sejam de carácter prioritário e estrutural (aicep Covid 19, outubro de 2020).

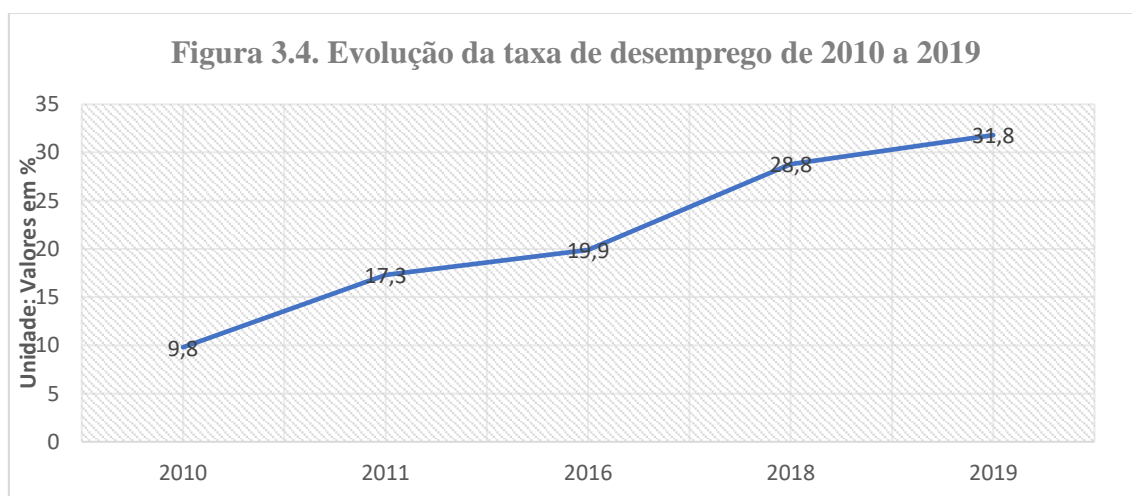
De acordo com um documento do BNA (2020), a conjuntura económica e financeira continua fragilizada, com taxas de crescimento económicas negativas, aceleração da inflação e redução do *superavit* da conta de bens. Por sua vez, o mais recente choque provocado pela pandemia da Covid-19 terá igualmente um impacto devastador na maioria dos sectores de atividade a nível nacional, apesar das medidas já adotadas, mas ainda é prematuro fazer qualquer julgamento ou avaliação da sua eficácia. A pandemia Covid-19 também afeta o sector da banca, Segundo Magalhães (2020), José Barata, presidente da Deloitte Angola, afirma que “a pandemia tem estado a ter um impacto significativo a nível global e obviamente que Angola não está imune a estes impactos”. Em relação à banca, José Barata considera que a qualidade dos ativos é colocada em causa, desde a dívida pública às próprias aplicações, pois “podemos ter um aumento do risco dos devedores e isso terá um reflexo no crédito concedido”, sublinhando que quando toda a economia sofre os bancos sofrem também; por outro lado, espera-se também mais liquidez dos bancos. Há uma necessidade urgente no combate à pandemia a nível global em busca de soluções em relação aos impactos diretos da doença, de acordo com as diferenças macroeconómicas de cada país.

Angola, já fragilizada por sérios problemas económicos e sociais prévios à pandemia, incluindo sistemas de saúde e sanitário precários, fome pobreza e uma taxa de desemprego muita elevada, tem agora, para além disso o desafio de criar medidas adaptáveis à contenção do vírus, enquanto enfrenta uma alta taxa de inflação e uma depreciação cada vez maior do kwanza.

### 3.3. Evolução da taxa de desemprego em Angola

O desemprego tem vindo a piorar em Angola desde 2011 com a crise económica e financeira, como pode-se ver na Figura 1. Com a queda do preço do crude no mercado internacional e, como o País depende essencialmente das exportações de petróleo, isso leva à entrada de menos divisas para o País, e ao encerramento de muitas empresas, o que fez aumentar consideravelmente o desemprego. Além da crise, uma questão notória na sociedade Angolana é o facto de, depois da formação educativa, ser difícil arranjar emprego por causa da corrupção e de compadrios, havendo a questão do favoritismo, o primíssimo, ou ter de pagar-se alguma coisa para conseguir emprego. Segundo Francisco Teixeira, presidente do Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA) numa entrevista a DW no dia 27/07/2018 para uma pessoa sem “padrinhos na cozinha” é difícil conseguir o primeiro emprego.

Segundo INE (2019) no seu relatório anual de inquérito sobre Indicadores de Emprego e Desemprego em Angola, informou que a taxa de desemprego de Angola situou-se nos 31,8%, entre outubro e dezembro de 2019, o que representa um aumento comparativo de 28,8% face ao período homólogo. Os dados indicam que, dos 14,5 milhões de pessoas consideradas economicamente ativas, cerca de 4,6 milhões estão em situação de desemprego em Angola. Segundo os relatórios dos desempregados, são maioritariamente mulheres (54,0%) e têm em média 26 anos; verificou ainda que 58,6% dos desempregados têm 15-24 anos e 23,9% têm 25-34 anos, totalizando-se, nestes dois grupos de idade (15-34 anos), 82,5% dos desempregados.

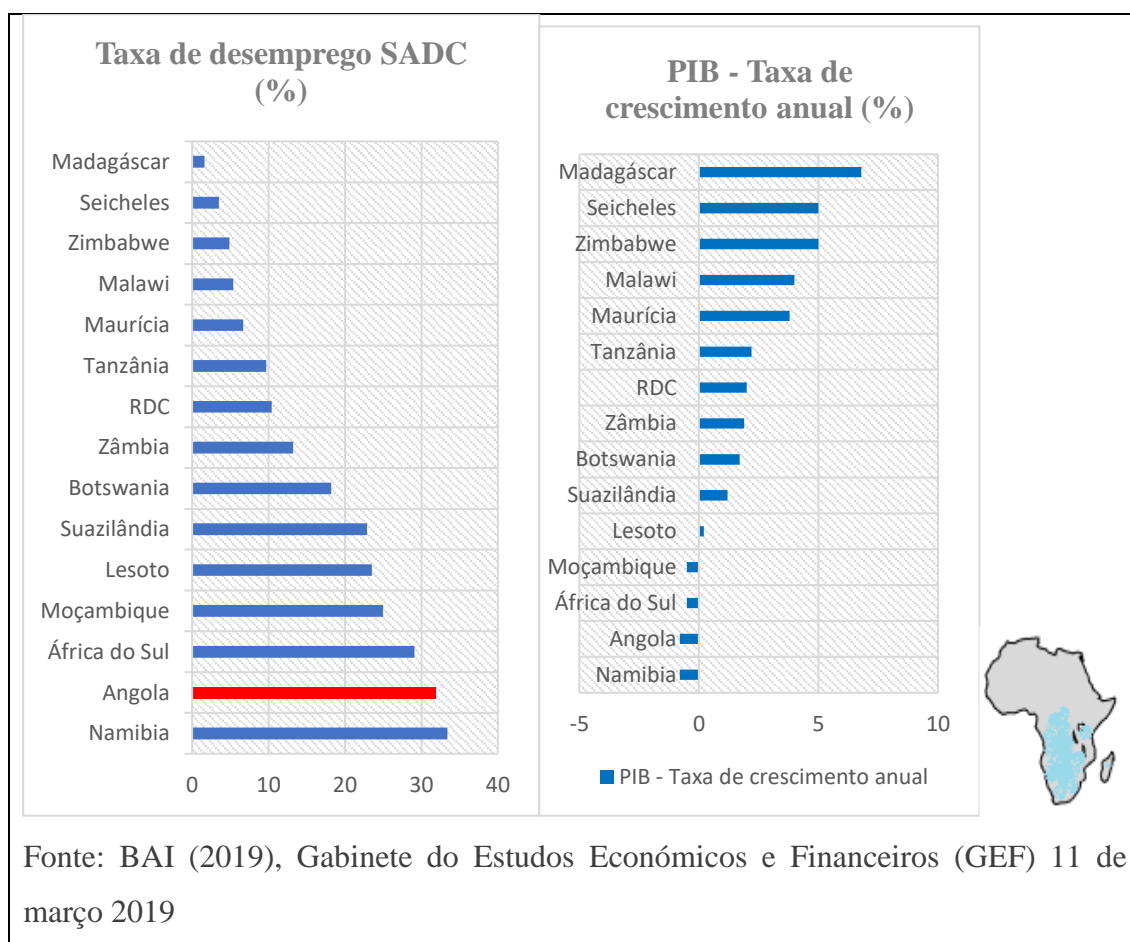


Fonte: INE (2019), Inquérito sobre Indicadores de Emprego e Desemprego em Angola.

## O Sucessivo Endividamento Público e o Crescimento Económico Angolano

De acordo com o Banco Angolano de Investimentos (BAI), através do seu Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros (GEF), na sua nota informativa de 11 de março de 2019, Angola apresenta a segunda maior taxa de desemprego da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), tendo sido superada apenas pela Namíbia. Por seu lado, a taxa de 31,8% de Angola está acima da média dos países da SADC (16%).

**Figura 3.5. Taxa de desemprego da SADC em relação à taxa de crescimento anual de PIB em 2019**



Por fim, segundo o BAI na sua nota informativo de 11 de março de 2019, o atual nível de desemprego regista-se numa altura em que Angola tem experimentado um período de recessão económica. Para o BAI, a queda do PIB é essencialmente o resultado da redução de investimentos, privados e públicos, o que por sua vez está a aumentar o número de desempregados em todos os sectores de atividade, e particularmente no sector petrolífero.



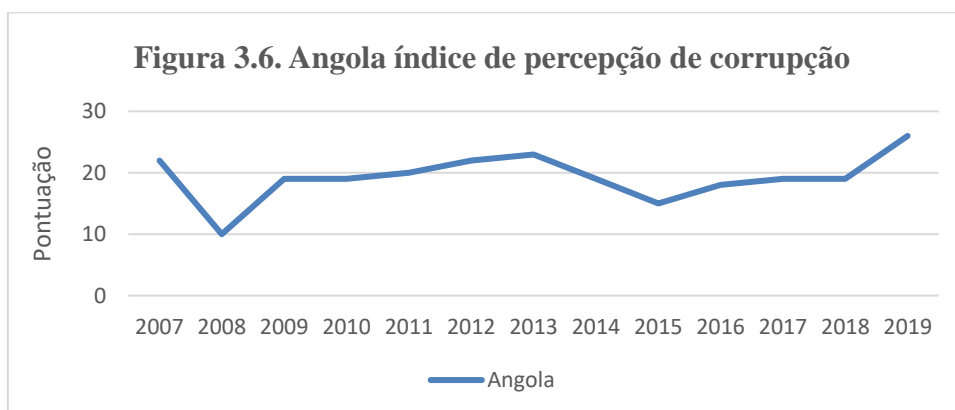
A relação inversa entre o desemprego e a taxa de crescimento pode ser observado nos países de SADC, no qual os países que apresentam altas taxas de crescimento, são os que se apresentam com as menores taxas de desemprego. Este facto já foi explicado na literatura como “a lei de Okun” que identifica uma relação inversa proporcional entre PIB e taxa de desemprego. Ou seja, o crescimento económico aumenta na medida em que aumenta a taxa de crescimento de emprego. Pode-se verificar que em Angola, apesar do País tem vindo a aumentar o volume de crédito, tal facto não correspondeu com o investimento público e privado, que tem vindo a diminuir no País; que, por sua vez, está a refletir-se negativamente no desemprego e no crescimento económico nos últimos anos, o que tem originado o aumento da taxa de desemprego e a diminuição do crescimento económico, verificando assim a dinâmica proposta pela lei de Okun em Angola (e em outros países da SADC).

### **3.4. Corrupção em Angola**

O alto nível de corrupção num país pode conduzir à redução do nível de impostos cobrados pelo Estado, trocas internacionais altamente concentradas num pequeno número de setores, o que reflete a baixa diversidade do setor produtivo e a receita fiscal, grande necessidade de investimento público, do qual o País depende fortemente, política de âncora cambial, a fim de combater a instabilidade da inflação (Có, S. G. 2020). É o caso da Angola, com fraca cobrança de impostos e uma baixa receita fiscal, sendo o País muito dependente do exterior e apresentando um investimento público fraco, e por outro lado, o País não consegue diversificar a sua produção. A economia Angolana é então perturbada pela corrupção, que está a bloquear o correto funcionamento interno das instituições do Estado. Este facto foi reconhecido até pelos mais altos dirigentes do País, e segundo Marques (2019), o Presidente José Eduardo dos Santos em novembro de 2009 reafirmou que a corrupção era o maior problema do País, e anunciou uma política de “tolerância zero” contra a corrupção.

A corrupção tem ganho uma maior proporção em Angola, facto que o Martins (2014), tendo este autor demonstrado que a proporção que a corrupção atingiu na sociedade angolana põe em risco o crescimento económico conseguido pelo País nos últimos anos; este autor acrescenta ainda que a falta de controle da corrupção poderá desencorajar o investimento estrangeiro. Angola encontra-se na lista dos países mais corruptos do mundo e com o menor índice de desenvolvimento humano (IDH), não obstante o País apresentar um dos maiores crescimentos económicos do mundo.

Embora com o novo Presidente da República João Lourenço tem aumentado o combate à corrupção, refletido na melhoria de Angola no *ranking* da Transparência Internacional (TI), passando de 19 para 26 pontos, o que lhe valeu a maior subida em número de lugares (19) entre os Países Lusófonos na Índice de Perceção da Corrupção (IPC) relativo ao ano de 2019 divulgado pela Transparência Internacional (2020). Em 2018 o País tinha subido de 167º lugar para o 165º lugar, e agora ocupou a posição 146º na lista. A escala da corrupção e a má gestão em Angola tem sido significativa, algo que levou o país a perder muitos recursos e o aumento do nível da pobreza devido ao alto nível de corrupção. Num documento atualizado entre 1997 e 2002, sobre Transparência e Responsabilidade em Angola, cerca de 4,2 mil milhões de USD tem desaparecido dos cofres do Estado Angolano, que eles consideraram de um número aproximadamente igual às despesas sociais e humanitárias, estrangeiras e nacionais, feitas durante o mesmo período no país (Human Rights Watch, 2010). Numa época em que milhões de Angolanos estavam a ser devastados pela guerra e empobrecidos sem acesso a escolas e hospitais.



Fonte: Countryeconomy.com

**Observação:** O índice de Perceção da Corrupção, publicado pela Transparência Internacional, mede os níveis de perceção de corrupção pública em 180 países e territórios. Com base em 13 pesquisas de avaliação feitas a empresários e especialistas, as pontuações de índice estão dispostas em uma escala de zero (altamente corrupto) a 100 (altamente íntegro).

### 3.4.1. Cumplicidade Internacional

Em 2011, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revelou que desapareceram das contas do Estado Angolano entre 2007 e 2010 USD\$ 32 bilhões. A justificação do Governo é que esses fundos, provenientes das receitas do petróleo, não haviam sido

depositados em Tesouro, como é mandatado pela lei, e que os fundos foram usados em operações quase-fiscais pela Sonangol (Morais, R. M. 2013). Mas, segundo Moraes, o FMI ignorou a legislação Angolana e legitimou a impunidade dos indivíduos diretamente responsáveis pelo saque dos recursos do País; ou seja, para ele, o FMI ajudou o governo Angolano a ‘abafar’ a indignação geral suscitada pelo desvio dos fundos. Segundo este autor, essa instituição internacional declarou que “certamente haverá uma excelente explicação técnica” para o desaparecimento dos USD 32 bilhões, e segundo ele, na mesma linha de ideia sem qualquer demora, o governo Angolano deu uma explicação técnica, indicando que a Sonangol teria usado US \$18,2 bilhões em projetos de “habitação social, reabilitação de vias ferroviárias, infraestruturas nas zonas económicas especiais” etc (Morais, R. M., 2013:7-11).

## Capítulo IV

### **4. A Dívida Pública e o Desenvolvimento Económico Angolano**

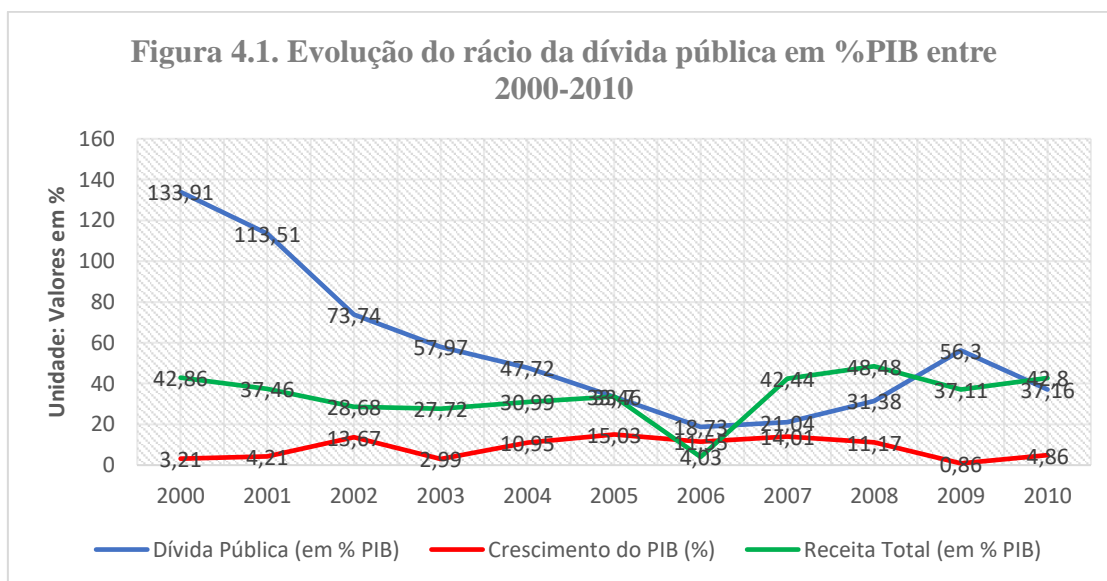
#### **4.1. A evolução da dívida pública Angolana**

##### **4.1.1 A evolução da dívida pública entre 2000-2010**

Com o aproximar do fim da guerra civil Angolana e o seu fim efetivo em 2002, deu-se o surgimento duma nova era na economia Angolana. A redução dos gastos militares levou à diminuição de uma boa parte da dívida pública que era destinado ao sustento militar (logística, armamentos e fardamento, etc.); e por outro lado, o bom momento que goza o mercado petrolífero a nível global com preços elevados, faz com que a economia Angolana consiga arrecadar uma boa receita com a exportação do petróleo. O Banco de Portugal (2001/2002) no seu relatório de “Evolução das Economias dos PALOP” atribui a um grande número de exportações verificada na época, que contribuíram bastante para a diminuição da dívida pública Angolana de (133,91% em 2000 para 47,72% em 2004) e num bom ritmo de crescimento económico. Em meados de 2004 a 2005, a dívida pública Angolana registou uma contração muito maior do que se esperava, algo que é motivado pelo aumento significativo dos depósitos do Governo junto ao Banco Nacional de Angola (BNA). Segundo BNA (2005), no seu Relatório e Contas, demonstra-se que em 2004 houve um aumento no depósito do Governo no BNA no valor de Kz 146.691,71 milhões, sendo Kz 65.125,28 milhões referente ao depósito em

moeda nacional e Kz 81.180,48 milhões em moeda estrangeira (dólares norte-americanos). E por outro lado, demonstraram que tendo em conta o aumento deste depósito o Governo não tinha a necessidade de recorrer à totalidade do financiamento externo inicialmente previsto. Entre 2006 e 2008 a dívida pública Angolana demonstra uma relativa estabilidade, com uma média de 23.72%, beneficiando de um bom crescimento das receitas principalmente em 2007 e 2008 com os valores de 42,44% e 48,48% respetivamente. Em 2009 a dívida pública registou um relativo aumento para 56,3% algo que é motivado pela diminuição das receitas devido à Crise Financeira Global e voltou a diminuir para 42,8% no ano seguinte.

Com o empenho na reconstrução do País no pós-guerra e o bom desempenho do sector petrolífero, as aplicações das receitas geradas pelo mesmo sector na dinamização da economia deram um impulso significativo no desenvolvimento da atividade económica e originando um dos maiores crescimentos do mundo entre os países menos desenvolvidos. Carvalho & Coelho (2013) demonstraram que, na época entre 2002 a 2012 o PIB per capita médio angolana, em termos de Paridade do Poder de Compra (PPC) medido ao preços constantes, “mais do que duplicou”, tendo atingido os USD 6,092 em PPC por habitante (sendo em 2002 de 2,602 USD), e demonstraram que com aquele resultado, Angola ultrapassou largamente o limiar de rendimento utilizado pelas Nações Unidas na classificação dos países na categoria de LDC (*Least Development Countries*).

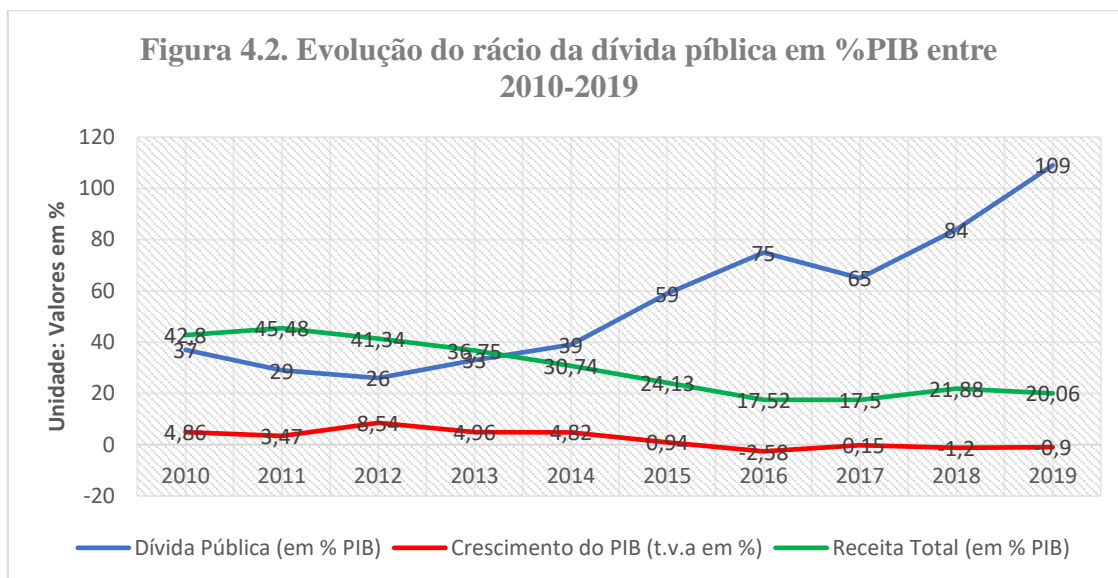


Fonte: FMI, Banco de dados do World Economic Outlook (13/10/2020)

#### **4.1.2. A evolução da dívida pública entre 2010-2019**

A dívida pública angolana entre 2010 e 2019 tem vivido um momento diferente que, segundo o Ministério das Finanças, República de Angola (2019), pode ser dividido em duas. O primeiro momento abarca o período entre 2010 até 2014, um período de estabilização do stock da dívida por volta dos 33% do PIB, (ver a figura 4.2 em baixo) e pela concentração de credores Bilaterais na carteira da dívida. E o segundo momento é o período compreendido entre 2014 e 2019, que identificaram como o período de crescimento contínuo do stock da dívida pública, com um crescimento de 39% em 2014 para 84% em 2018 (ver a figura 4.2).

Este crescimento da dívida pública Angolana, no segundo momento, é devido à queda constante nos preços do petróleo por barril no mercado internacional a partir de 2014, o que levou a redução drástica das receitas de 50 mil milhões de dólares em 2013 para 23 mil milhões de dólares em 2018. Para o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (2020), este crescimento da dívida não é só apenas pela redução das receitas, mas também pela grande dificuldade em ajustar o nível de despesas à nova realidade económica e financeira. Por outro lado, existem outras causas apontadas pelo Ministério das Finanças de República de Angola (2019), tais como a desvalorização da moeda nacional do país face ao dólar que fez aumentar o crescimento da dívida, que é motivado pela existência de títulos indexados ao dólar e de dívidas em moeda estrangeira, quando expressas em Kwanzas. Esta visão é partilhada pelo Banco Mundial (2018), que realça o efeito da desvalorização da moeda na maioria da dívida concedido em moeda estrangeira.



Fonte: Ministério das Finanças, República de Angola, (2019): Estratégia de Endividamento de Médio Prazo 2019-2021. E Receita Total e Crescimento do PIB (FMI, Banco de dados do World Economic Outlook (13/10/2020).

**Tabela 4.1. Taxa de crescimento real da economia e indicadores fiscais**

Indicadores Macroeconómicos	2016	2017	2018
<b>Crescimento Real da Economia (%)</b>			
PIB Global	-2,6	-1	-2
PIB Petrolífero	-2,7	-5,3	-8,2
PIB Não Petrolífero	-2,5	-1,8	1
<b>Indicadores Fiscais</b>			
Saldo Primário não Petrolífero (em % PIB não petrolífero)	-12,2	-15,7	-9,9
Saldo Primário (em % PIB)	-1,7	-2,9	6,5
Saldo Fiscal	-4,5	-6,1	2,2

Fonte: Ministério das Finanças República de Angola, (2019): Estratégia de Endividamento de Médio Prazo 2019-2021.

A economia Angolana continua apresentar um crescente endividamento, mas que não esta a ser acompanhado por investimento e crescimento económico, como pode constatar-se na figura 4.2 em cima; no período de 2010 a 2014 onde a dívida pública está relativamente controlada houve um crescimento económico positivo contrariamente ao segundo período, onde o País apresenta o sucessivo crescimento da dívida a partir do ano 2015 e o continuo crescimento da mesma com o crescimento económica a diminuir

de 4,8% em 2014 para 0,9% em 2016 e continuando a apresentar o crescimento negativo no ano 2017, 2018, e 2019 com os valores de -2,6, -1 e -0,9 respetivamente. O crescente endividamento e a incapacidade de continuar a se endividar levou o governo Angolano a começar o processo de ajustamento económico, algo que para o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (2020), pode ser impossível uma vez que, “o serviço da dívida pública tem diminuído a eficácia da política orçamental como promotor do crescimento económico”, demonstrando que no orçamento de 2019 e de 2020 o montante destinado ao pagamento dos juros da dívida pública é superior ao montante destinado ao investimento público.

### **4.2. A sustentabilidade da dívida pública angolana**

A sustentabilidade da dívida pública requer que o endividamento se mantenha em linha com a capacidade do devedor em pagá-la sem comprometer a sua própria sobrevivência (Universidade Católica de Angola, 2020). De acordo com o Relatório do FMI nº19/371 dezembro de 2019, o FMI celebrou em 07 de dezembro de 2018 um acordo de três anos do programa alargado de apoio a Angola, para um montante aproximado de USD 3,7 mil milhões, com objetivo de restaurar a sustentabilidade externa e fiscal angolana, e que inclui a melhoria da governação e diversificação da economia de forma a promover um crescimento económico sustentável liderado pelo sector privado. O Governo angolano tem demonstrado que a dívida pública continua a ser sustentável na medida em que tem conseguido honrar com o serviço da dívida mas, de acordo com o jornal Lusa (2020), o FMI recomendou que Angola possa “vigiar constantemente” a gestão da sua dívida pública, e de continuar a implementação das reformas, e combater a corrupção.

Segundo a mesma notícia, o FMI anunciou ainda que a autoridade Angolana tem garantido acordos de reestruturação da dívida com diversos grandes credores para reduzir os riscos relacionados com a sustentabilidade da dívida, tendo ainda alertado o Governo para uma vigilância contínua da gestão da dívida pública, algo que é “fundamental para mitigar tais riscos soberanos no contexto de uma volatilidade acrescida dos preços do petróleo” (Relatório do FMI nº20/281 pp.4). Por outro lado, numa entrevista concedida ao *Julião* (2020), o economista Carlos Rosado de Carvalho defende que a reestruturação da dívida alivia a pressão sobre as contas Angolanas, mas é preciso pagar este empréstimo e não se sabe exatamente em que condições é que isso sucederá, mostrando-se particularmente preocupado com a dívida à China.

O Governo Angolano tem utilizado a estratégia continua de dívida de longo prazo para fazer face as exigências de curto prazo através dos Eurobonds, de forma a honrar com o serviço da dívida. Para Vaz, C. (2020:3), isto pode acabar por “aumentar a maturidade média da dívida, gerando um impacto positivo na sua sustentabilidade”. Mas segundo este autor, é necessário, antes de considerar esta estratégia como sendo o melhor, ter em consideração duas observações. Em primeiro lugar, só é garantida a sustentabilidade da dívida se a economia estiver a crescer a um ritmo superior ao custo do financiamento; em segundo lugar, o Governo não está necessariamente a utilizar os recursos de longo prazo para aumentar a capacidade produtiva e consequente a fomentar o crescimento económico. Ou seja, “estão a usar a dívida para pagar uma dívida velha que não gera nenhum retorno”. Algo que foi demonstrado pelo Unicef (2018), que a amortização da dívida pública angolana exerce uma significativa pressão sobre os recursos públicos disponíveis no valor de 42,88% do OGE.

### **4.3. Dívida pública e investimento em Angola**

#### **4.3.1. A dívida pública e o investimento público**

No período 2003 a 2008, o investimento Público apresentava-se como o segundo maior determinante de crescimento do PIB. Conforme atestam as estatísticas do Ministério do Planeamento em 2007, o controle da inflação foi melhorando a imagem do País, tornando o ambiente económico favorável e atrativo para investidores privados, tanto internos como externos. Isto é visível em 2006, quando a taxa de investimento privado chegou a 27,7% do PIB. A Crise Financeira Global em 2008 conduziu a uma quebra no investimento público de mais de 21% em 2008, apesar de uma recuperação em 2009.

Com a procura mundial do petróleo a preços elevados, as exportações proporcionaram receitas significativas, sendo possível investir na reconstrução e modernização das infraestruturas materiais da economia. O crescimento médio anual foi de 9,8%. Não foi necessário recorrer ao financiamento da dívida pública, pois a economia gozava duma certa estabilidade macroeconómica. No período de 2013-2014, o Governo aposta no lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em infraestruturas, grande parte das quais apresenta uma velocidade de degradação incomum e prejudicial aos índices de retorno económico das empresas e de utilidade social da população.

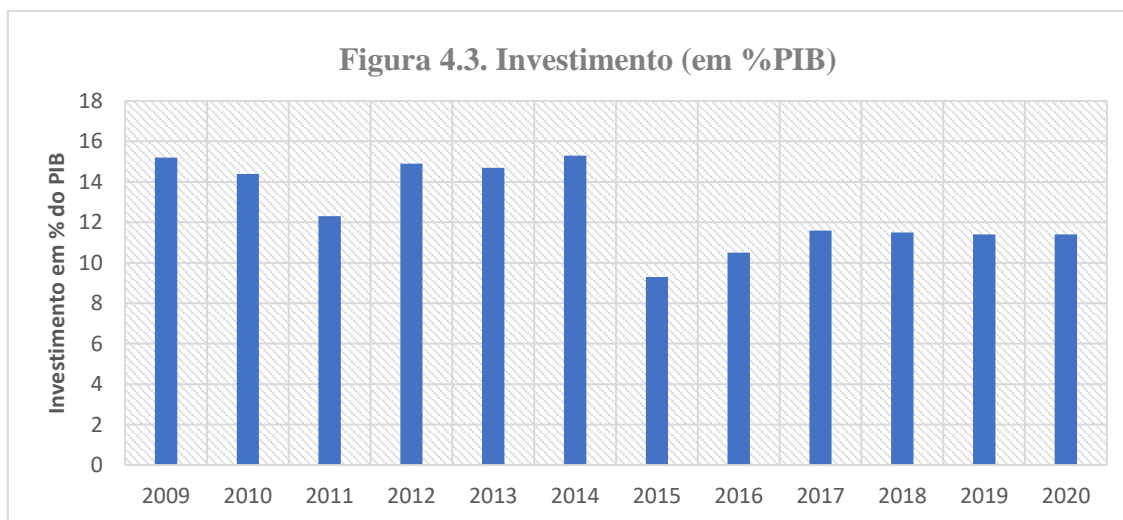


De acordo com BNA (2014), as despesas de investimento público em 2015 sofreram uma forte desaceleração no seu ritmo de crescimento relativamente aos últimos 3 anos (em que cresceram em média 14,9%). Segundo o documento estas despesas registam um aumento do seu peso em termos do PIB passando de uma taxa de 14,7% em 2013 para 15,3% em 2014, assumindo uma enorme relevância no desenvolvimento da economia do País como fonte potenciadora de novas oportunidades de crescimento do sector não-petrolífero.

Com a queda do preço de petróleo em 2015, que provocou uma queda das exportações líquidas, a economia Angolana ficou marcada por sérias restrições, e o PIB foi afetado diretamente, dada a sua dependência face à exportação do petróleo. E por outro lado com a depreciação da taxa de câmbio e a retoma de ciclo ascendente da inflação ao longo de 2015, tal aumentou a desaceleração da atividade económica. Montepio (2016) atribui ao abrandamento da procura privada, que segundo o documento refletiu-se nas restrições no acesso a divisas para efeito de importações. Por outro lado, o documento demonstrou ainda que o ajustamento orçamental apresentado pelo Governo Angolano em março de 2015 apresenta grandes reduções no consumo público nas despesas em bens e serviços, e nas despesas em investimento do setor público, na ordem de 50% e 53%, respetivamente. Tudo isso refletiu-se numa dinâmica não favorável do investimento público, que sofreu uma queda de 15,3% registado em 2014 para 9,3% em 2015. A partir de 2016, o investimento público tem registado um crescimento lento, mas não atingindo ainda o valor registado em 2014, que constitui o valor mais alto nos últimos anos (ver a Figura 4.2 abaixo).

Uma nítida tendência decrescente das disponibilidades que o Estado necessita para a sua intervenção económica, social e de defesa e segurança, que é motivada em parte pela sucessivas quedas no preço de petróleo de que depende tanto a economia angolana, tem levado a sucessivas diminuições das receitas, e está-se evidentemente no limiar de um período crítico para a economia Angolana, onde a única forma de financiamento da atividade económica e do funcionamento do Estado será a emissão de dívida pública. Lamentavelmente, este instrumento de financiamento não é utilizado de uma forma eficaz nos projetos de investimento público, devido elevado nível da corrupção no País. Por outro lado, de acordo com um estudo de Montepio (2016), Angola pode melhorar a sua posição na cadeia de valor global e aumentando a sua participação em setores como energia, o gás liquefeito natural, o transporte do gás e energia, o gás para combustíveis líquidos, e o metanol. O investimento nestes setores pode aumentar o nível de

investimento público e consequentemente o aumento de emprego, que por sua vez vai aumentar a capacidade produtiva do País (Montepio, 2016). Mas, segundo o mesmo estudo, o grande problema para o avanço no desenvolvimento destes setores industriais, consiste na fraca capacidade das infraestruturas de transportes, nas dificuldades no acesso a infraestruturas internacionais, tais como: estradas, portos, aeroportos e ferrovias de ligação ao mercado externo.



Fonte: MONTEPIO (2016): Departamento de Estudos// Angola// abril 2016

### 4.3.2. Investimento público angolano no período de covid-19

Com a economia Angolana a atravessar uma situação difícil, o Governo de Angola implementa medidas económicas e financeiras para estimular os vários sectores da economia no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus. A construção de infraestruturas, importante para o desenvolvimento socioeconómico, não é possível sem recurso a dívida, caso os empréstimos públicos forem utilizados de maneira apropriada em particular em investimentos públicos com efeitos económicos criam riqueza, o que subsequentemente gera receitas fiscais que cobrem o pagamento de juros e, principalmente, da dívida assumida. Finalmente, os pagamentos substanciais do serviço da dívida podem deprimir o objetivo legítimo do seu recurso, que é o desenvolvimento socioeconómico do país, consumindo a maioria dos recursos do Estado em detrimento das despesas de investimento públicos.

De acordo com o Banco Nacional de Angola (BNA, 2020), entre as medidas governamentais de maior impacto, destaca-se o pagamento, pelo Ministério das Finanças, durante o mês de abril, da dívida pública vencida, ao mesmo tempo que o

Estado se compromete a apoiar as empresas detentoras de títulos que os pretendam converter em dinheiro. O Banco Nacional de Angola decidiu, por isso, estabelecer uma linha de liquidez de 100 mil milhões de kwanzas (172 milhões de euros) para aquisição destes títulos públicos na posse de sociedades não financeiras.

Estando o Governo Angolano a renegociar a dívida externa com a China, é previsível que encontre algum alívio financeiro que lhe permita continuar o Programa de Investimento Público (PIP) e Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) (Governo de Angola, 2020). Atualmente, Angola tem feito diversos investimentos e apostas na formação de novos empreendedores e na criação de novos negócios e subsequentes empregos, bem como a formulação de parcerias com outros países, mantendo sempre uma relação mutuamente benéfica.

### **4.3.3. A dívida pública e o investimento privado**

Angola é um País com grande potencial económico e de grande variedade de recursos naturais com terra apropriado para a prática de agricultura, mas trata-se de um sector pouco ou quase nada aproveitado devido a centralização da economia num produto. Este facto torna assim a economia do País muito dependente da produção do petróleo, que ocupa 46% do PIB, e representa 80% das receitas pública, e mais de 95% da exportação do país (Albino et al, 2016). Como consequência o País passou a depender de um único produto de exportação e tornando também muito dependente das importações para abastecimento do mercado interno.

A crise económica e financeira levou à queda dos preços do petróleo no mercado internacional, e o País ficou assim com grande escassez de recursos cambiais para continuar a sustentar as importações, o que levou o governo a retomar o programa de diversificação da economia, com vista a aproveitamento dos outros recursos naturais disponíveis de forma sustentável. Estes sectores (sector mineiro, agricultura e indústria) constituíram em 2014 uma janela de oportunidades para a classe empresarial e as empresas. Pensando no investimento privado e na diversificação da economia Angolana, o Governo Angolano publicou a Nova Lei do Investimento Privado (NLIP) (Lei n.º 14/15, de 11 de agosto), que vem revogar o anterior regime previsto pela Lei n.º 20/11 de 20 de maio (Diário da República, 2018). A nova lei tem como objetivo a atração do investimento externo para o País, e estabelece as bases gerais do investimento privado em Angola. Isto teve logo um efeito positivo em Angola, segundo

o Montepio (2016), apesar do setor petrolífero ter caído 2,6% em 2014, mais do que - 1,1% em 2013, e o setor não petrolífero cresceu 8,2%, o que constitui uma notícia animadora para a necessidade de diversificação da estrutura produtiva.

A nova LIP de algum modo facilitou o projeto de investimento privado de pequenas e médias empresas em Angola e ajudou bastante no processo de diversificação da estrutura produtiva do País. Mas, por outro lado, limitou bastante os benefícios fiscais e aduaneiros a conceder a projetos de investimento externo de maior dimensão. Com a passagem do tempo, a NLIP pretende dar nova dinâmica ao investimento privado, estabelecendo os princípios e as bases gerais do investimento privado no país, e por outro lado fixou os benefícios e as facilidades concedidos pelo Estado aos investidores privados e o seu critério de acesso do mesmo, assim como fixou as garantias dos investidores privados e os seus direitos e deveres. A NLIP procedeu várias alterações no quadro do investimento privado no País, tendo como fins o crescimento da economia e a sua diversificação e por outro lado, a especialização da produção e ajustamento do quadro legal e institucional de modo a que se torne mais célere e seguro.

Ao longo do tempo, a elevada dívida pública no País tem dificultado de forma significativa os investidores, particularmente na contração de novos empréstimos de forma a gerar mais atividade económica e novos empregos. Para Gilberto (2020), num artigo publicado pelo jornal Expansão (06/10/2020) edição 594, demonstrou que mantendo as outras variáveis constantes, um elevado nível de dívida pública tem impacto sobre o investimento privado, e para este autor estes efeitos podem ser transmitidos através de dois canais. O primeiro é o efeito da degradação das condições dos empréstimos no mercado internacional tendo em conta o nível de juros apresentado pelos credores estrangeiros e o segundo canal prende-se com a aumento dos juros da dívida pública interna que podem aumentar o crescimento dos interesses de longo prazo para os investidores privados e por outro lado afetar a disponibilidade de crédito. Com a situação económica a agravar-se devido a uma sucessiva baixa do preço do crude, o Banco Nacional de Angola disponibilizou uma linha de crédito de 100 mil milhões de kwanzas para os bancos comerciais apoiarem as empresas em situação de rutura (BNA, 2020). Este montante destina-se a garantir o adiantamento do pagamento dos salários em atraso, devendo o valor financiado ser retirado das reservas obrigatórias depositadas pelos bancos comerciais no Banco Central. Segundo o documento, foi disponibilizado ainda pelo BNA uma linha de crédito no valor de 15 milhões de dólares (13,9 milhões

de euros) às cooperativas, produtores familiares, e empresários de pequena e média dimensão, para a aquisição de sementes e fertilizantes, e para suportar o serviço de preparação de terrenos agrícolas. Segundo o Economista Luís Braz, numa entrevista ao jornal Expresso (3/04/2020), os bancos vão ter na prática muitas dificuldades em lidar com certas entidades que pedem o crédito, por serem demasiado informais.

### **4.3.4. A utilização inadequada da dívida pública**

Os empréstimos são fontes significativas de financiamento público. Em muitos casos, a construção de infraestruturas, importante para o desenvolvimento socioeconómico, não é possível sem recurso à dívida. Isto é relevante no caso de países com défice orçamental ou níveis baixos de investimento privado. Assim, tal não é surpreendente em virtude da grande acumulação da dívida externa do Estado Angolano. Segundo Gilberto (2020), numa entrevista ao jornal Expansão (06/10/2020) Edição 594, este alto nível de endividamento do País vem acompanhado de dois problemas. O primeiro problema surge com a utilização inadequada da dívida. Se os empréstimos públicos foram utilizados de maneira apropriada, em particular em investimentos públicos com efeitos económicos multiplicadores, a riqueza é criada, o que subsequentemente gera receitas que cobrem o pagamento de juros e, principalmente, da dívida. A maioria parte dos fundos contraídos através da dívida pública são utilizados em programas e planos que o Governo considera prioritários em termos políticos, mas com poucos efeitos em relação ao crescimento económico, ou simplesmente a corrupção fala mais alto e que pode tornar a dívida pública angolana insustentável. Um segundo problema é uma grande pressão dos credores estrangeiros e das instituições financeiras internacionais para a adoção de políticas focalizadas sobretudo na sustentabilidade da dívida, atalhando o Governo de realizar reformas estruturais e fiscais que fortaleceriam o crescimento económico e a posição fiscal do país.

Finalmente, os pagamentos substanciais do serviço da dívida podem deprimir o objetivo legítimo do seu recurso, que é o desenvolvimento socioeconómico do país, consumindo a maioria dos recursos do Estado Angolano em detrimento das despesas sobre os investimentos públicos. Isto pode resultar na acumulação de dívidas que ameaçaria a capacidade de reembolso do País, o que, por sua vez, afugentaria os potenciais credores e investidores.

## Capítulo V

### **5. O Impacto da Dívida Pública na Economia Angolana em Comparação com os Países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)**

Este capítulo visa comparar o nível da dívida pública em relação aos países da SADC, para melhor poder compreender o impacto deste sucessivo endividamento na economia Angolana. A comparação é feita com os países do SADC, tendo em conta a mesma comunidade que partilham, e que é dedicada à cooperação e integração socioeconómica, bem como à cooperação em matérias de política e segurança dos países da África Austral.

#### **5.1 A evolução da dívida público nos países da SADC em especial de Angola**

Angola regista a maior dívida pública em percentagem do PIB nos países de SADC em 2019, superando assim Moçambique, que tem vindo desde 2016 a liderar a tabela com a dívida pública em percentagem do PIB acima dos 100%, segundo dados oficiais e projeções do *Regional Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional (FMI) referente à África Subsariana, divulgado em outubro de 2020 ( ver Tabela 5.1 abaixo). Segundo o mesmo relatório, no ano de 2019, o rácio de dívida/PIB de Angola ascendeu a 109.2%, muito acima dos 89.0% registado em 2018. Desde 2016, Angola encontra-se sistematicamente no top 2 dos países mais endividados do SADC. Este descontrolo da dívida começou em 2015, o ano marcado pelo início de queda abrupta do preço do petróleo, a principal fonte de receita para o Orçamento Geral do Estado Angolano (OGE).

Em 2018, o cenário agudizou-se com o encargo da dívida, entre pagamento de juros e amortizações de dívida interna e externa, a 52% da despesa total do OGE, face a pouco mais de 36,3% em 2017. Segundo o relatório de fundamentação do OGE 2018, dos cerca de 9,68 bilhões Kz previstos para despesas globais, mais de 5 bilhões de Kz destina-se à rubrica Operações de dívida pública. No mesmo ano o Governo adota uma estratégia de renegociação de prazos com os credores internos e externos, com vista ao alargamento do prazo de vencimento, de modo a reduzir os compromissos de curto prazo, prolongando-os para o médio e longo prazos, permitindo assim às finanças públicas ter uma ‘folga’.

Angola continua a expandir o seu nível de endividamento, contrariamente a uma das metas acordados na SADC, que deveria ser de 60% do PIB. São conhecidos os efeitos negativos dos níveis elevados de dívida pública sobre a sua própria sustentabilidade e a pressão que exerce sobre a atividade económica e as condições de vida da população (anteriormente referidos na revisão). A dívida pública em relação ao PIB passou-se de 89.0% em 2018, para os 109.2% em 2019, segundo FMI. Ficando assim muito acima da média da SADC que é de 61.6% e da média da África Subsaariana de 50.5%

**Tabela 5.1. A evolução da dívida pública nos países da SADC**

<b>Dívida pública (percentagem do PIB)</b>						
	<b>2010 -2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>África do Sul</b>	42.4	51.5	53.0	56.7	57.8	
<b>Angola</b>	<b>42.7</b>	<b>69.3</b>	<b>89.0</b>	<b>109.2</b>	<b>120.3</b>	<b>107.5</b>
<b>Botswana</b>	18.2	13.4	14.2	15.1	20.6	24.0
<b>RDC</b>	21.7	19.1	15.3	14.7	16.1	13.4
<b>Eswatini</b>	16.0	25.1	33.8	38.0	47.9	49.9
<b>Lesoto</b>	39.1	38.0	46.5	46.5	47.2	45.8
<b>Madagáscar</b>	35.9	40.0	39.9	38.4	44.2	45.0
<b>Malawi</b>	48.7	61.5	63.1	63.4	70.7	75.1
<b>Maurícias</b>	59.1	64.3	66.2	82.8	85.7	84.2
<b>Moçambique</b>	<b>61.9</b>	<b>102.4</b>	<b>106.2</b>	<b>104.4</b>	<b>121.3</b>	<b>123.5</b>
<b>Namíbia</b>	29.1	43.5	49.8	54.7	67.6	68.2
<b>Seicheles</b>	74.5	62.3	57.7	55.3	88.6	85.0
<b>Tanzânia</b>	32.0	37.7	38.7	38.2	38.5	39.2
<b>Zâmbia</b>	<b>36.4</b>	<b>65.5</b>	<b>77.2</b>	<b>91.9</b>	<b>120.0</b>	<b>119.6</b>
<b>Zimbabwe</b>	43.3	52.9	37.3	10.8	2.4	2.2
<b>SADC</b>	40.8	52.9	57.0	61.6	71.3	72.8
<b>África Subsaariana</b>	32.9	45.7	48.5	50.4	56.6	57.8

Fonte: FMI (Outubro de 2020), *Regional Economic Outlook* Sub-Saharan Africa: recovery amid elevated uncertainty

**NOTA:** Os valores de 2020 e 2021 nas duas tabelas (Tabelas 5.1 e 5.2) são valores estimados.

## **5.2. A dívida pública angolana e o seu impacto no crescimento económico em comparação com os países da SADC**

Angola tem vindo a registar o crescimento negativo do PIB desde 2016, o período em que passou a deter o segundo maior rácio dívida pública em percentagem do PIB nos países do SADC, ocupando assim a primeira posição nos países do SADC com o crescimento negativo desde 2016 até 2019, conforme a Tabela 5.1 e 5.2. Com o enfraquecimento da expansão mundial num contexto de crescentes tensões comerciais, condições financeiras mundiais voláteis, e preços das matérias-primas mais baixos, tendo em conta que a economia Angolana depende muito de preço de petróleo estando esse com preços baixos, tal facto continua a dificultar significativamente o crescimento económico Angolano.

Por outro lado, pode-ver que Angola é segundo país no SADC com a dívida pública em percentagem do PIB mais elevado de 2016 a 2020, ficando assim só atrás de Moçambique, que apresenta a maior dívida pública em percentagem do PIB mas que, ao contrario de Angola, Moçambique tem vindo a registar um crescimento positivo do PIB ao longo dos tempos (ver Tabela 5.2). Por outro lado, pode-se ver que Angola figura em primeiro posição nos países do SADC com o crescimento do PIB mais baixo desde 2016 a 2018 (ver Tabela 5.2). Uma das possíveis justificações prende-se com o facto de que os empréstimos públicos Angolanos não são utilizados de maneira apropriada, em particular em investimentos públicos com efeitos económicos multiplicadores, riqueza criada que subsequentemente gera receitas que cobrem o pagamento de juros, principalmente da dívida pública e impulsiona o crescimento económico sustentável. E por outro lado, com elevada corrupção no País, boa parte da mesma são desviados para fins desconhecidos, o que pode tornar o País ao longo de tempo num crescimento negativo de PIB e consequentemente aumento da pobreza extrema, como podemos ver no capítulo da corrupção em Angola. Segundo O *World Bank Group* (2018), os governos Angolanos investem mais em projetos mais visíveis e populistas como os subsídios para a energia e empregos do sector público que não são produtivos, em oposição aos projetos de desenvolvimentos que terão um impacto significativo e duradouro nas vidas dos mais desfavorecidos.



**Tabela 5.2. O crescimento do PIB real nos países da SADC**

<b>PIB real (variação percentual anual)</b>						
	<b>2010-2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>África do Sul</b>	2.1	1.4	0.8	0.2	-8.0	3.0
<b>Angola</b>	3.6	-0.2	-1.2	-0.9	-4.0	3.2
<b>Botswana</b>	5.3	2.9	4.5	3.0	-9.6	8.7
<b>RDC</b>	6.9	3.7	5.8	4.4	-2.2	3.6
<b>Eswatini</b>	2.8	2.0	2.4	1.1	-3.5	1.4
<b>Lesoto</b>	4.5	-1.0	0.4	1.0	-4.8	3.9
<b>Madagáscar</b>	2.6	3.9	4.6	4.8	-3.2	3.2
<b>Malawi</b>	4.2	4.0	3.2	4.5	0.6	2.5
<b>Maurícias</b>	3.8	3.8	3.8	3.0	- 14.2	9.9
<b>Moçambique</b>	6.6	3.7	3.4	2.3	-0.5	2.1
<b>Namíbia</b>	4.5	-0.3	0.7	-1.0	-5.9	3.4
<b>Seicheles</b>	5.0	4.4	3.8	3.9	- 13.8	4.2
<b>Tanzânia</b>	6.6	6.8	7.0	7.0	1.9	3.6
<b>Zâmbia</b>	5.7	3.5	4.0	1.4	-4.8	0.6
<b>Zimbabwe</b>	8.2	4.7	3.5	-6.5	- 10.4	4.2
<b>SADC</b>	3.5	2.2	2.0	1.2	-5.5	3.3
<b>África Subsaariana</b>	4.6	3.1	3.3	3.2	-3.0	3.1

Fonte: FMI (Outubro 2020), Regional economic Outlook Sub-Saharan Africa: recovery amid elevated uncertainty

### 5.3. COVID-19 e o crescimento económico no SADC

Prevê-se um impacto generalizado negativo do Covid-19 no crescimento económico mundial, de acordo com a Previsão Económica Mundial referente a abril de 2020. Segundo esta previsão, a economia global que foi prevista para um crescimento de 3.3%, foi revista para uma contração de 3,4%, em abril de 2020. Para o Boletim nº2 de SADC (2020), a previsão do crescimento da economia regional da SADC foi igualmente revista, passando de um crescimento de 2,3%, em outubro de 2019, para

uma contração de 3,4%, em abril de 2020. Segundo o Boletim nº2, a desaceleração económica prevista devido à pandemia e às implementações orçamentais para as medidas de política que os Estados-Membros estão a instruir, estima-se que o défice orçamental da região da SADC para 2020 aumente para 8,9% em comparação com a estimativa de outubro de 2019 de 4,5%. Quanto ao crescimento económico de Angola, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetária Internacional (FMI) preveem uma recessão de 4% em 2020, e tal deve-se à queda acentuada dos preços de petróleo no mercado mundial. As previsões constam dos últimos documentos divulgados pelas instituições sediadas em *Washington*, nomeadamente, “*World Economic Outlook*”, divulgado em outubro de 2020 pelo FMI e “*Africa’s Pulse*”, divulgado no dia 08 de outubro de 2020 pelo Banco Mundial. Segundo as duas instituições, a crise pandémica empurra a economia Angolana para o quarto ano de recessão, com o PIB a dever cair 4%, e acrescentaram ainda que se espera uma recuperação parcial para o ano de 2021, com o PIB a crescer 3,2%, sustentada no fortalecimento do sector petrolífero.

Em relação à dívida pública, pode-se ler no relatório do FMI (2020), que uma estimativa de nível da dívida pública regional vai aumentar para uma média de 71,3% em relação ao PIB, em 2020, a partir da estimativa de outubro de 2010, de 61,6%, em relação ao PIB. Para África Subsaariana estima-se um acréscimo da dívida pública em percentagem do PIB em 56.6%, assim superior 2019 de 50.4%. O relatório prevê ainda acréscimo na dívida pública em percentagem do PIB para o ano 2020 para Angola no valor de 120.3%, ficando assim superior o ano de 2019 que é de 109.2%.

## Capítulo VI

### 6. Análise das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro à março de 2021 via e-mail devido à pandemia de COVID-19, pois a pandemia impediu uma deslocação para Angola, onde residem os nossos entrevistados. Os entrevistados foram escolhidos com base no conhecimento profundo da sociedade angolana e do desenvolvimento socioeconómico do país. E são eles: Dr. Lino Cassivela Joaquim, Dr. Pedro Nzola, Dr. Francisco Inglês e Dr. Manuel Zangui. (Ver curriculum dos entrevistados na tabela em baixo)

**Tabela 6.1 – Caracterização Geral dos Entrevistados**

Entrevistados	Escola de Formação	Qualifica académica	Área de formação/ Sector Atividade	Entidade Empregadora
Francisco Inglês	- Universidade Agostinho Neto  - Universidade de Coimbra (Business School)  - Universidade de Évora	-Mestrado  -Pós-Graduação  -Licenciatura	-Economia Monetária Financeira  -Gestão de Fraudes  -Economista	-Sonangol
Lino Cassivela Joaquim	-Universidade Agostinho Neto  -Católica Lisbon School of Bussiness & Econimics	-Mestrado  -Licenciado	-Administração e Finanças  -Gestão de Empresa	-Sonangol
Manuel Zangui	-Instituto Técnico de Lisboa  -Universidade de Évora	-Mestrado  -Licenciatura	-Urbanismo do Território  -Arquitetura Paisagista	-Professor Universitária na Universidade Agostinho Neto
Pedro Nzola	-Universidade Federal da Baía  -Universidade Agostinho Neto	-Mestrado  -Licenciatura	-Gestor público empresarial	-Instituto Nacional de Apoio as Micro, Piquenas e Medias Empresas (INAPEM)

Fonte: A partir das entrevistas recolhidas entre janeiro à março de 2021.

Quanto a primeira pergunta, como se explica o crescimento da dívida pública e o crescimento negativo do PIB na economia angolana nos últimos anos (2016-2020), houve algumas convergências de ideias no grupo dos nossos Entrevistados, algo que para o Manuel Zangui pode ser explicado pelo tipo de áreas em que são aplicados os recursos da dívida que não manifestam retorno imediato visível no período em referência (infraestrutura, barragens, estradas, pontes, etc.) algo que esperávamos no início desta Dissertação; na mesma linha de ideia vêm as palavras de Pedro Nzola, acrescentando que, pelo facto de haver pouco investimento em áreas de produção para a economia real, levando assim, o Estado a recorrer a mais dívida para financiar a economia; por outro lado, Francisco Inglês e Lino C. Joaquim justificaram esta contração devido ao choque no sector petrolífero do que depende muito a economia Angolana nestes períodos em concreto, algo que esperávamos também nesta Dissertação, e ainda, foi acrescentado algo que não esperávamos por Pedro Nzola e

Lino C. Joaquim em como o excesso de dependência das importações para o consumo básico devido a fraca produção interna está na origem do crescimento negativo da economia angolana.

Quanto a segunda pergunta, se este sucessivo endividamento público está a refletir-se no investimento público e privado em Angola. Assim, como esperávamos no início desta Dissertação, Manuel Zangui e Francisco Inglês são da opinião de que estes endividamentos não estão a refletir-se no investimento público e privados do País, algo que foi justificado por Manuel Zangui pelo facto de existir um baixo investimento público e privado em Angola sobretudo no sector social como: habitação, equipamento de saúde, de educação e de proteção civil (casas sociais, escolas de diferentes níveis de ensino, unidades de saúdes, etc.). Por sua vez, Pedro Nzola e Lino C. Joaquim são de opinião de que esses endividamentos refletem-se no investimento público e privado em Angola, justificada por Pedro Nzola que demonstra que, apesar de ter se aplicado de forma indevida alguma parte deste financiamento, verifica-se de igual forma alguns sinais em investimento público e privado para melhoria da qualidade de vida das populações e ambiente de negócio apropriado para o sector privado em Angola.

Sobre a causa do baixo investimento público e privado em Angola, Francisco Inglês aponta a causa como o aumento do serviço da dívida entre 2019 e 2020 com os valores de 14,4% e 23% do PIB respetivamente, o que implica que os financiamentos internos e externos são destinados ao pagamento da dívida pública. Pedro Nzola é da opinião que a causa de um baixo investimento público é a incapacidade de gestão das coisas públicas, bem como esperávamos, de um elevado nível de corrupção na administração pública que provoca a diminuição do investimento publico e acrescentando ainda que o que justifica um baixo investimento privado é a fraca sustentabilidade das ações dos agentes económicos (empresários). Por sua vez, Lino C. Joaquim é de opinião de que a ausência de recursos por parte do Estado, o ambiente de negócios pouco atrativo, e a ausência de financiamento para projetos de investimentos são as principais causas do baixo investimento público e privado em Angola. Sobre o que fazer de forma a aumentar o investimento público e privado em Angola, os nossos Entrevistados foram unanime em como aumentar os níveis de confiança aos investidores, a criação de incentivos fiscais, os mecanismos expeditos de arrecadação de receitas fiscais, o sistema de crédito para o investimento e os incentivos ao empreendedorismo nas pequenas e médias empresas ente outros constituem factores determinantes.

Quanto à causa do elevado nível da taxa do desemprego em Angola nos últimos anos, os nossos Entrevistados foram unânimes em como se deve ao facto do Estado ser o maior empregador e não possuir a capacidade de empregar. A essa causa foi ainda acrescentada outro facto pelo Pedro Nzola, nomeadamente a existência do aumento de números de rescisão contratual de muitas empresas estrangeiras e nacionais com o Estado Angolano, algo que provocou muitos despedimentos e o consequente aumento de desemprego, o que foi demonstrado por Lino C. Joaquim como a necessidade de redução de custos por parte das empresas, fruto das fracas receitas e, segundo este último, podem ser ainda associada outras causas que não esperávamos nesta Dissertação, pelo facto de existir um crescimento exponencial do número de pessoas em idade para trabalhar e a falta de aposta no ensino técnico-profissional. Mais ainda, este Entrevistado e Francisco Inglês são de opinião de que uma das causas pode relacionar-se também com a falta de investimento público e privado no país, algo que esperávamos encontrar. Por outro lado, Manuel Zangui refere outra variável que não esperávamos que tem a ver com a grandeza do sector informal, que é muito forte e perturba todo um sistema económico e financeiro, e, por arrastamento, compromete a hipótese de existência de emprego formal.

Na sugestão de como promover o alto nível de emprego em Angola, os nossos Entrevistados foram unânimes em melhorar o ambiente de negócios, aumentar a confiança junto dos investidores privados na recuperação dos seus investimentos para que haja mais investimento, e criação de políticas para fomentar as micro e pequenas empresas e o empreendedorismo. E para o Lino C. Joaquim é também necessário apostar mais na formação técnico-profissional de forma a suprimir as carências de áreas específicos onde há oportunidades de emprego, mas não há pessoal especializado para ocupar as vagas; e por outro lado, Pedro Nzola e Francisco Inglês acrescentaram ainda a esta lista o aumento de investimento em áreas ou atividades produtivas que vai aumentar a capacidade produtiva do País e consequente aumento de emprego.

Quanto a questão de como melhorar a posição dos últimos anos (2016-2020) do crescimento económico Angolano em relação aos países do SADC, assim como esperávamos, os nossos Entrevistados apontaram o aumento e melhoria da produção nacional interna para inverter a tendência de exportar mais do que importar. Lino C. Joaquim, pedi ainda ao Governo uma maior disciplina na orçamentação e na execução orçamental e a melhoria das infraestruturas básicas (estradas, hospitais, escolas,

comunicação, etc....), opinião também que foi compartilhada por Francisco Inglês, acrescentando ainda a ideia de que é necessário alavancar a produtividade das empresas, promover a competitividade, estabilidade cambial, controle da inflação, entre outros.

Sobre a causa do elevado nível de corrupção em Angola, os nossos entrevistados demonstraram que as autoridades deixaram-se capturar e não contrariam os desvios e as irregularidades que tendem a tornar-se normais no seio da população, pois segundo Manuel Zangui, a corrupção está assente no rendimentos das famílias em larga escala e de todas as organizações políticas, administrativas, e judiciais do País. E para Pedro Nzola este elevado nível de corrupção no seio da população é causado pela pobreza mental, que faz com que os indivíduos vendam suas liberdades e/ou dignidade em detrimento de qualquer bem tangível e intangível. Por sua vez, Francisco Inglês demonstrou que a impunidade, a ausência de separação de poderes, e a vontade política então na origem do elevado grau da corrupção em Angola, algo que o Lino C. Joaquim classificou de desinteresse pelo bem comum, a falta de patriotismo, e a fraqueza das instituições.

Para finalizar a nossa entrevista, os nossos Entrevistados apresentaram a sugestão de como combater ao elevado nível de corrupção em como o Estado Angolano deve adotar a política de sensibilização geral para toda a população (corruptos e corruptores) e investir na educação da Sociedade para pensarem no bem comum e incutir na população a cultura de denúncia. Por outro lado, Pedro Nzola sugeriu ainda que o Estado deve ser rigoroso no cumprimento da Lei e na luta contra a impunidade, o Francisco Inglês acrescentou a necessidade de maior investimento na resiliência, disciplina e seriedade e o Lino C. Joaquim foi até ainda mais longe em acrescentar que se erradicasse dos cargos públicos os corruptos de forma a dar saúde a sociedade Angolana (Ver entrevistas 1, 2, 3, e 4 em anexo)

## **Capítulo VII**

### **7. Conclusão**

Durante anos o Governo Angolano utilizou como a salvação da economia Angolana o petróleo. Com a oscilação do preço do barril do petróleo, a economia angolana é afetada negativamente, refletindo-se numa contração do crescimento económico ao longo destes últimos anos, embora o sector não petrolífero esteja a dar sinais de melhoria com a

diversificação da economia, embora de forma lenta, através de alguns sectores da atividade económica. Este é o caso da indústria extrativa, sector de energia e agricultura. Apesar da diminuição das receitas com as exportações de petróleo, no que concerne às receitas fiscais regista-se um ligeiro aumento das receitas totais não petrolíferas, devido à implementação do IVA, da revisão da pauta Aduaneira, e da privatização de algumas empresas públicas. Com a redução das exportações, Angola regista uma diminuição das divisas, afetando os restantes sectores da atividade económica. Contudo isso levou o governo angolano a recorrer sempre à dívida pública para cobrir o seu défice orçamental e impulsionar o crescimento económico sustentável. Tal crescimento não aconteceu porque o País vem deparando-se com problemas como a utilização inadequada da dívida públicas, a corrupção generalizada, e por outro lado, a utilização da dívida pública em programas que o Governo considera prioritários em termos políticos, mas com poucos efeitos em relação ao crescimento económico e que pode tornar a dívida pública angolana insustentável. Na realidade o Estado angolano assume vários compromissos financeiros sem considerar a capacidade da economia para o sustentar, nem adaptou as políticas adequadas ao crescimento económico, o que faz com que a gerações futuras já estejam comprometidas com a elevada carga de dívida pública existente.

Angola é o segundo país com maior dívida pública nos países da SADC, ficando só abaixo de Moçambique até 2020, mas que tem vindo apresentar a mais baixa taxa de crescimento económico nestes períodos. Apesar do País estar muito endividado, este financiamento não está a refletir-se no investimento e consequente aumento da produção. Como consequência, assiste-se a um aumento da pobreza e o nível do desemprego no País, sendo Angola o segundo país com mais alta taxa de desemprego da SADC em 2019, ficando assim, apenas atrás de Namíbia que ocupou a primeira posição, com mais alta taxa de desemprego na SADC. E por outro lado, devido o impacto do Covid-19, agrava-se ainda mais a situação económica, financeira, e social do País, e estima-se ainda o crescimento da dívida para o ano de 2021.

O Estado Angolano deve utilizar os empréstimos públicos de maneira apropriada, em particular em investimentos públicos na diversificação da sua economia, com efeitos económicos multiplicadores na criação de riqueza, que subsequentemente geram receitas que cobrem o pagamento de juros e, principalmente, da dívida. E por outro lado, deve-se trabalhar na contenção das despesas do Estado, combater severamente a corrupção, e promover a realização de reformas estruturais e fiscais, a fim de ser muito

eficaz e eficiente na utilização dos recursos públicos e dos recursos da dívida que fortaleceriam o crescimento económico e a posição fiscal do País.

No futuro, pode-se estudar qual poderia ser o desenvolvimento económico de Angola se o sucessivo endividamento público fosse bem utilizado. As principais limitações desta Dissertação consistem na falta de dados e na dificuldade de encontrar os Entrevistados inicialmente propostos, apesar de todas as diligências feitas para poder contactá-los não terem tido sucesso, pois alguns até aceitaram conceder as entrevistas apenas sob condição de anonimato. E por outro lado, a realização de entrevistas em contexto pandémico foi dificultada pela impossibilidade da nossa deslocação para Angola, pelo que as mesmas foram realizadas por email.

Pretende-se com a presente Dissertação ter contribuído para um melhor esclarecimento sobre os determinantes da sustentabilidade da dívida pública Angolana.



## REFERÊNCIAS

- Aicep Covid-19. (Outubro de 2020). Medidas Governamentais de Relançamento Económica e Apoio às Empresas. Quais os Principais Constrangimentos no Mercado.
- Albino et al, (March de 2016). Foreign Direct Investment in Angola. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting (PJFMA)*(ISSN: 2183-3826. Vol 2, N°3).
- António, G. D. (06 de Outubro de 2020). Impacto da dívida pública sobre os investimentos privados. (J. Armando, Ed.) *EXPANSÃO Edição de Semana*.
- Araújo, J. F. (Quarteto de 2002). Gestão Pública em Portugal: Mudança e Persistência Institucional.
- BAI. (11 de Março de 2019). INE/Taxa de desemprego em Angola aumenta em 2019 para 31,8%. *Nota Informativa, Gabinete de Estudos Económico e Financeiros (GEF)*.
- Balázs, É. (17 de Oct. de 2012). Public Debt, Economic Growth And Nonlinear Effects: Myth Or Reality? *Organisation for Economic Co-operation and Development*(Economics Department Working Papers No. 993 ECO/WKP(2012)70).
- Banco de Portugal. (2001/2002). Evolução das Economias dos PALOP. Departamento de Relações Internacionais. Área de Cooperação. Setembro de 2002.
- Banco de Portugal. (2002/2003). Evolução das Economias dos PALOP. Departamento de Relações Internacionais. Área de Cooperação. Setembro de 2003.
- Banco de Portugal. (2003/2004). Evolução das Economias dos PALOP. Departamento de Relações Internacionais. Área de Cooperação. Setembro de 2004.
- Banco de Portugal. (2007/2008). Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste. *Departamento de Relações Internacionais*. Área de Cooperação. Setembro de 2008.
- Banco de Portugal. (2009/2010). Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-leste. *Departamento de Relações Internacionais*. Área de Cooperação. Agosto de 2010.
- Banco de Portugal. (2011/2012). Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste. *Departamento de Relações Internacionais*. Área de Cooperação. Janeiro de 2012.
- Banco de Portugal. (2014/2015). Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste. Departamento de Relações Internacional. Área de Cooperação. Outubro de 2015 (ISSN 2182-3189 DEPÓSITO ILEGAL N°235642/05).
- Banco de Portugal. (2019/2020). Relatório Anual da Atividade de Cooperação. Departamento de Relações Internacional. Lisboa, 2021.
- BNA. (2005). Mensagem do Conselho de Administração. *Relatório e Contas*.

- BNA. (Primeiro Trimestre de 2020). Análise da Conjuntura Económica e Financeira. *Departamento de Estudos Económicos*.
- Brei, Z. A. (JAN/FEV de 1996). Corrupção: dificuldade para definição e para um consenso. (Rio de Janeiro 30 (1): 64-77. ).
- Cacuto, J. F. (Mar. de 2001). Angola Pós-Independente: Implicações Económicas da Herança Colonial. (Econ. Pesqui. Araçatuba v.3 n.3), pp. 22-39.
- Carvalho, P. G., & Coelho, N. A. (Dezembro de 2013). Angola - Novo Ciclo de Desenvolvimento. *Estudos Económicos e Financeiros (BPI)*.
- Cecchetti, S. G., Mohanty, M. S., & Zampoli, F. (September de 2011). The Real Effects of Debt. *Monetary and Economic Department*(BIS Working Papers No 352).
- Checherita, C., & Rother, P. (August de 2010). The Impact Of High And Growing Government Debt On Economic Growth An Emirical Investigation Tor The Euro Area. *EUROPEAN CENTRAL BANK (EUROSYSTEM)*(NO 1237 Working Paper Series).
- Clements, B., Bhattacharya, R., & Nguyen, T. Q. (December de 2003). External Debt, Public Investment, and Growth in Low Income Countries. *International Monetary Fund*(IMF Working Paper WP/03/249).
- Có, S. G. (10 de Dez. de 2020). A Instabilidade Política e o Desenvolvimento Económico na Guiné-Bissau. *Lisboa: Iscte, 2020 Dissertação de mestrado*.
- Diário da República (Terça-feira, 26 de Junho de 2018). Lei do Investimento Privado (Lei n.º10/18 de 26 de junho 2018). *Órgão Oficial da República de Angola, I Série*(N.º92), p. 3478.
- Econ, P. (2005). Angola. "Perspetiva Económica na África". *BAfD/OCDE. aNGOLA Port-OECD*.
- Égert. (s.d.). Public Debt, Economic Growth and Nonlinear Effects: Myth or Reality OECD. *Economic Department Working Paper*(N. 993, 2112).
- Ferreira, C. (2014). Debt and economic growth in the European Union: what causes what? *Lisboa School of Economics and Management, Department of Economics*(Working Papers ISSN 2183-18815 WP/2014/DE/UECE).
- Filho, A. G., & Chimbulo, A. E. (Dezembro de 2014). Política Económica de Angola de 1975 A 2012: A Trajetória da Mudança de Modelos. (B. Salvador, Ed.) *Revista de Desenvolvimento Económico*(Nº29).
- FMI. (Outubro de 2010). PERSPETIVAS ECONÓMICAS MUNDIAIS; RISCO E REEQUILÍBRIO, . *Pesquisas Económicas e Financeiras*.
- FMI. (19 de Apr. de 2019). World Economic and Financial Surveys. *Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa. Recovery Amid Elevated Uncertainty*.
- FMI, (Setembro de 2020:4 Relatório do FMI nº20/281). TERCEIRA AVALIAÇÃO DO ACORDO ALARGADO AO ABRIGO DO PROGRAMA DO FINANCIAMENTO AMPLIADO, PEDIDOS DE AUMENTOS E

REESCALONAMENTO DO ACESSO, DESPENSA DO CUMPRIMENTO DE UM CRITÉRIO DE DESEMPENHO E DA APLICABILIDADE DE UM CRITÉRIO DE DESEMPENHOS, ALTERAÇÕES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPENHOS E CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO - COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA ANGOLA.

FMI. (OCT de 2020). World Economic and Financial Surveys. *Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa A Difficult Road to Recovery.*

FMI. (Dezembro de 2019 Relatório nº 19/371). SEGUNDA AVALIAÇÃO DO ACORDO ALARGADO AO ABRIGO DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AMPLIADO DO FMI, PEDIDOS DE DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E DE ALTERAÇÕES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO. *COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO DIRECTOR EXECUTIVO PARA ANGOLA.*

SADC (2020). Resposta Regional da SADC à Pandemia da Covid-19. *Uma análise situacional e do impacto regional*(Boletim nº2 #COVID19SADC).

Ganhão, M. A. (15 de Outubro de 2020). João Lourenço diz que Estado angolano foi lesado em muito mais do que 24 mil milhões. *CM Mundo.*

Governo de Angola (09/12/2020), Programa de iniciativa Presidencial. Portal Oficial de Governo da República de Angola.

Gomberoni, E. (2009-2013 (1º trimestre)). Boletim da dívida pública. (E. Editor, Ed.) *Ministério das Finanças - Unidade de Gestão da Dívida pública. Economia e Finanças Públicas*(Escolar Editor,2005,2007,2009,2012,2016).

Governo de Angola. (15 de Outubro de 2020). PRINCIPAL PRIORIDADE: Presidente da República reafirma compromisso com a diversificação da economia. *Portal Oficial do Governo da República de Angola.*

Gonçalves, J. (Novembro de 2010). A Economia de Angola: Da Independência à Crise Mundial de 2008. (revista tempo do mundo/rtm/v.2, n.3, dez. 2010).

Human Rights Watch (Abril de 2010). Angola "Transparência e Responsabilização em Angola" Uma Atualização. (1-56432-616-0).

INE. (2019). Inquérito sobre Indicadores de Emprego e Desemprego em Angola. *Relatório anual de Inquérito.* Angola.

INE (2018). Índice do Preço no Consumidor. Angola.

Julião, P. (19 de Setembro de 2020). Alívio da dívida a Angola é positivo, mas falta saber como será feito o pagamento, diz economista. *Agência Lusa.*

- Keynes, J. M. (1936). The general theory of employment, interest and money. In *Moggridge, D (ed), Collected Writing of John Maynerd keynes*, 7(The general theory, London, Macmillan for the Royal Economics Society, 1973).
- Kumar, M. S., & Woo, J. (July de 2010). Public Debt and Growth. *International Monetary Fund, Fiscal Affairs Department*(IMF Working Paper WP/10/174).
- Leão, E. R., Leão, P. R., & Lagoa, S. C. (2009). *Política Monetária e Mercados Financeiros* (1ª ed.). Lisboa, Portugal.
- Lourenço, J. (15 de Outubro de 2020). Mensagem do Presidente da República Sobre o Estado da Nação (Parte 1). *Governo de Angola, Portal Oficial do Governo da República de Angola*.
- Luamba, M. (23 de Julho de 2018). Um retrato do desemprego em Angola. *DW África*(<https://www.dw.com/a-44782869>).
- Luamba, M. (12 de Maio de 2020). Covid-19: Como fica a situação das empresas angolanas? *DW África*.
- Lusa. (22 de Maio de 2019). Dívida Pública angolana no valor mais alto de sempre em 2018. *ECONOMIAaoMINUTO. Agencia de Notícia de Portugal*.
- LUSA. (16 de Setembro de 2020). Angola tem de vigiar dívida pública e prosseguir com reformas, diz FMI. *ECONOMIAaoMINUTO. Agencia de Notícia de Portugal*.
- Lusa. (07 de Março de 2020). Governo angolano avalia riscos económicos, mas não revê Orçamento para já. *Visão. Agencia de Notícia de Portugal*.
- Magalhães, P. (23 de Julho de 2020). Covid-19: Pandemia com impacto na qualidade dos ativos e liquidez da banca - Deloitte Angola. *Lusa, Agencia de Notícia de Portugal*.
- Martins, M. (Jul./Dez. de 2014). Corrupção: um mal a combater na democracia angolana. *V.28(n.2, p. 425-438)*.
- mirandaalliance. (2015). Nora Lei do Investimento Privado Angolana. (*Anterior Lei do Investimento Privado Lei N.º14/15, de 11 de Agosto e Nova Lei do Investimento Privado Lei N.º 10/18, de 26 de junho*), pp. 14-16.
- Ministério das Finanças (março de 2019). Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019/2020) . *Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD)*. República de Angola.
- Misztal. (2010). Public Debt and Economic Growth in The european Union. *Jornal of Aplied Economic Science* (V.5 N.3), pp. 292-302, 2010.
- Misztal, P. (2010). Public debt and economic growth in the European Union. *jornal of Appied Economic Sciences* (5(3(13)/Fall2010): 292.302).
- Morais, M. R. (Maio de 2013), Corrupção em Angola, Branqueamento de Capitais em Portugal e Impacto sobre os Direitos Humanos. Maka Angola. Este texto é uma versão editada da apresentação feita no Seminário sobre Corrupção e Direitos

Humanos, no Subcomité do Parlamento Europeu a 28 de fevereiro de 2013. As conclusões do seminário judicial apresentado a 24 de maio em Lisboa, num encontro promovido pela eurodeputada Ana Gomes.

Montepio. (Abril de 2016). Departamento de Estudos/ANGOLA/abril 2016.

Okun, A. M. (1962). Potential GNP: Its Measurement And Significance. *Arthur M. Okun, Cowles Foundation, Yale University* (Cowles Foundation Paper 190), pp. 98-104.

Oliveira, S. d. (2012). Diferença entre meio rural e urbano em Angola. *OpenEdition Journals, Revista Angolana de Sociologia RAS*.

Outlook, A. n. (2004/2005). ANGOLA. *Huge resources endowments must be channelled into reconstruction of infrastructure and poverty reduction*.

Pinott, C. M. (2016). *Quanto maior o nível de transparência na gestão do dinheiro público e o grau de escolaridade da população menor é a corrupção*. Brasil: Edição São Paulo.

Pereira, et. al. (2019). *Economia e Finanças Pública. 5ª Edição Revista e Atualizada, Depósito nº403 981/16*.

Reinhart, C. M., & Rogoff, K. S. (2009). This Time It's Different: Eight Centuries of Financial Folly-Chapter 1. *University of Maryland, College Park, Department of Economics Harvard University* (MPRA Paper No. 17452, posted 22 Sep. 2009 11:02 UTC).

Reinhart, C. M., & Rogoff, K. S. (March de 2010). From Financial Crash Debt Criss. *National Bureau of Economic Research* (NBER WORKING PAPER SERIES No. 15795).

Reis, J. J. (20 de Dezembro de 2019). Dívida pública angolana fecha 2019 em históricos 111% do PIB. (J. Armando, Ed.) *expansão*.

Rocha, A. d. (Novembro de 2014). As Perspetivas de Crescimento Económico de Angola até 2020. *Centro de Estudos e Investigação Científica Universidade Católica de Angola* (CEIC. Working Paper Nº 02 ).

Smith, A. (1776). A Riquessa das Nações,. *Fundação Calouste Gulbenkian*((2ª ed) Coimbra, (1ª ad. Inglesa 1776)).

unicef. (2018). Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018. *Análise Geral*.

Universidade Católica de Angola (Junho de 2011). Relatório Económico de Angola. *Centro de Estudos e Investigação Científica*.

Vaz, C. (Abril de 2020:3). Quando é que a dívida pública ultrapassa os limites? Centro de Estudo e Investigação científica Universidade Católica de Angola.

Valério, N., & Fontoura, M. P. (1994). A Evolução Económica de Angola Durante o Segundo Período Colonial - Uma Tentativa de Síntese. *Análise Social, vol. XXIX (129), 1994 (5.º), 1193-1208*.

Wagner, A. (1911). "Staat in nationalookonomiacher Hinsich", Handwörterbuch der Staatswissenschaften.

World Bank Group. (Dezembro de 2018). Angola: Diagnóstico Sistemático Nacional. *Criar Ativos para os Pobres*.

World Bank Group. (October de 2020). Africa's Pulse: AN ANALYSIS OF ISSUES SHAPING AFRICA'S ECONOMIC FUTURE. *Charting The Road to Recovery*.

## ANEXOS

### 1. Perguntas de Investigação

#### PERGUNTAS

1. Em todas as economias, há vários tipos de agentes económicos que precisam de fundos para financiamento. A questão do financiamento é assim questão decisiva para o funcionamento de uma economia (Emanuel R. Leão, Pedro R. Leão e Sérgio C. Lagoa, 2009:69). A dívida pública é feita de forma a aumentar o investimento e a produtividade da economia como um todo, e que por sua vez, promove o crescimento económico.
  - a) Como se explica o crescimento da dívida pública e o crescimento negativo do PIB na economia angolana nos últimos anos (2016-2020)?
2. Será que este sucessivo endividamento público está se refletindo no investimento público e privado em Angola? Sim ou Não justifique?
  - a) Qual é a causa do baixo investimento público e privado em Angola?
  - b) O que fazer de forma a aumentar o investimento público e privado em Angola?
3. Qual é a causa do elevado nível da taxa do desemprego em Angola nos últimos anos?
  - a) Como promover o alto nível de emprego em Angola?
- 4) Como melhorar a posição dos últimos anos (2016-2020) do crescimento económico angolana em relação aos países do SADC?

- 5) Qual é a causa do elevado nível da corrupção em Angola?
- 6) Como combater o elevado nível da corrupção em Angola?

**Objetivo:** ouvir algumas personalidades do país, para comparar as suas conclusões com os dados obtidos.

## 2. Entrevista de Francisco Inglês

### PERGUNTAS E RESPOSTAS

1. Em todos as economias, há vários tipos de agentes económicos que precisam de fundos para financiamento. A questão do financiamento é assim questão decisiva para o funcionamento de uma economia (Leão, Leão e Sérgio, 2009:69). A dívida pública é feita de forma a aumentar o investimento e a produtividade da economia como um todo, e que por sua vez, promove o crescimento económico.
  - a) Como se explica o crescimento da dívida pública e o crescimento negativo do PIB na economia angolana nos últimos anos (2016-2020)? **R:** É fortemente explicado pelo choque no sector petrolífero. A economia angolana é dependente do sector petrolífero com um elevado grau de suscetibilidade relativa às variações do preço do barril de petróleo. No período de 2016 a 2020, registou-se uma abrupta queda do preço petróleo no mercado internacional e redução na produção de petrolífera nacional.
2. Será que este sucessivo endividamento público está se refletindo no investimento público e privado em Angola? Sim ou Não justifique? **R:** Não.
  - a) Qual é a causa do baixo investimento público e privado em Angola? **R:** O baixo investimento é causado pelo aumento do serviço da dívida que, em 2020 correspondia a 23,0% do PIB. Enquanto que, em 2019 o serviço da dívida correspondia a 14,4% do PIB. Implica que os financiamentos internos e externos se destinam ao pagamento da dívida pública.

b) O que fazer de forma a aumentar o investimento público e privado em Angola?

**R:** o governo angolano deve (i) promover a confiança na recuperação do investimento e reforçar o aumento do PIB, (ii) estimular o sector privado, (iii) criar política adequadas estabilidade económica, e (iv) criar ambiente de negócio através de construção de estradas, infraestrutura de transporte, água, saneamento básico.

3. Qual é a causa do elevado nível da taxa do desemprego em Angola nos últimos anos? **R:** Fraco investimento público.

a) Como promover o alto nível de emprego em Angola? **R:** através do investimento público de modo a impulsionar o crescimento para levar o sector privado a gerar emprego, por outro lado, aumenta a confiança dos investidores privados na recuperação dos seus investimentos e em parte demonstra o comprometimento do governo com o crescimento sustentável da economia. Adicionalmente investir em áreas ou atividades produtivas, bem como promover a manutenção da infraestrutura.

4) Como melhorar a posição dos últimos anos (2016-2020) do crescimento económico angolana em relação aos países do SADC? **R:** Alavancar a produtividade das empresas, promover a competitividade, Aumento da produção nacional, estabilidade cambial, controlo da inflação, melhorar as infraestruturas, garantir excelente ambiente de negócio, etc.

5) Qual é a causa do elevado nível da corrupção em angola? **R:** impunidade, ausência de separação de poderes/concentração de poderes, Vontade política, etc.

6) Como combater o elevado nível da corrupção em Angola? **R:** Investimento na educação, resiliência, disciplina e seriedade.



### 3. Entrevista de Lino Cassivela Joaquim

#### PERGUNTAS E RESPOSTAS

1. Em todas as economias, há vários tipos de agentes económicos que precisam de fundos para financiamento. A questão do financiamento é assim questão decisiva para o funcionamento de uma economia (Emanuel R. Leão, Pedro R. Leão e Sérgio C. Lagoa, 2009:69). A dívida pública é feita de forma a aumentar o investimento e a produtividade da economia como um todo, e que por sua vez, promove o crescimento económico.
  - a) Como se explica o crescimento da dívida pública e o crescimento negativo do PIB na economia angolana nos últimos anos (2016-2020)? **R:** O crescimento da dívida pública e o crescimento negativo do PIB, espelha-se pelo fato de ainda haver pouco investimento e sustentável de fatores de produção para a economia real, promovendo assim, recursos a outras fontes externas para o financiamento com caris de endividamento acentuado. Por outro lado, o país consome produtos básico e de segunda e terceira necessidade de origem estrangeira, fazendo com que, se exporte capital em função do pagamento das importações (dívidas) que se regista num determinado período. Mas, de um tempo para cá (2018-2021) o PRODESI (programa de apoio à produção, diversificação das exportações e substituição das importações), está já a registar alguns sinais de melhoria na produção nacional e, consequentemente no PIB, apesar ainda de continuar negativo.
2. Será que este sucessivo endividamento público está se refletindo no investimento público e privado em Angola? **R:** Sim, apesar de ter se aplicado de forma indevida alguma parte desse financiamento, verifica-se de igual forma alguns sinais em investimento público e privado para melhoria da qualidade de vida das populações e ambiente de negócio, apropriado para o sector privado em Angola.
  - a) Qual é a causa do baixo investimento público e privado em Angola? **R:** A causa do baixo investimento publico é a incapacidade de gestão da coisa publica, ao

## O Sucessivo Endividamento Público e o Crescimento Económico Angolano

passo que, no investimento privado é fraca sustentabilidade das ações dos agentes económico (empresários).

b) O que fazer de forma a aumentar o investimento público e privado em Angola?

**R:** Capacitar (instruir mais) o homem e aplicar os programas públicos com isenção e de forma consistente para criar riquezas sociais. E o privado estar e fazer verdadeiramente seio papel na economia, aproveitando o apoio do Estado e criar parceria saudável.

3. Qual é a causa do elevado nível da taxa do desemprego em Angola nos últimos anos? **R:** A elevada taxa de desemprego em Angola é a rescisão contratual de muitas empresas estrangeiras e nacionais com o Estado, e a incapacidade óbvia que o mesmo não consegue empregar.

a) Como promover o alto nível de emprego em Angola? **R:** Investir mais no sector privado (promoção de micro e pequenas empresas) com linhas de financiamento mais céleres e com taxas de juro bonificadas para o autoemprego e de outros indivíduos.

4. Como melhorar a posição dos últimos anos (2016-2020) do crescimento económico angolana em relação aos países do SADC? **R:** Aumentar e melhorar a produção interna para se tornar um potencial fornecedor de matérias primas e produtos acabados aos países dependentes a esses produtos e não só.

5. Qual é a causa do elevado nível da corrupção em Angola? **R:** Pobreza mental, que faz com que os indivíduos vendam suas liberdades/dignidade em detrimento de qualquer bem tangível e intangível.

6. Como combater o elevado nível da corrupção em Angola? **R:** Sensibilidade geral (corruptos e corruptores), rigor no cumprimento da Lei, na impunidade e bloqueio das links.

#### 4. Entrevista de Manuel Zangui

##### PERGUNTAS E RESPOSTAS

1. Em todas as economias, há vários tipos de agentes económicos que precisam de fundos para financiamento. A questão do financiamento é assim questão decisiva para o funcionamento de uma economia (Emanuel R. Leão, Pedro R. Leão e Sérgio C. Lagoa, 2009:69). A dívida pública é feita de forma a aumentar o investimento e a produtividade da economia como um todo, e que por sua vez, promove o crescimento económico.
  - a) Como se explica o crescimento da dívida pública e o crescimento negativo do PIB na economia angolana nos últimos anos (2016-2020)? **R:** O aumento da dívida em contradição com o crescimento negativo do PIB poderá dever-se ao tipo de áreas em que é aplicado os recursos da dívida que não manifestam retorno imediato visível no período em referência (infraestruturas, por exemplo-barragens, estradas, Pontes, etc.)
2. Será que este sucessivo endividamento público está se refletindo no investimento público e privado em Angola? **R:** O investimento público em Angola, são baixo, sobretudo nas áreas sociais: habitação, equipamentos de saúde, de educação e de proteção Civil (casas sociais, escolas de diferentes níveis de ensino, unidades de saúde e proteção civil) quer no sector público como privado
  - a) Qual é a causa do baixo investimento público e privado em Angola? **R:**
  - b) O que fazer de forma a aumentar o investimento público e privado em Angola? **R:** Para aumentar o nível de investimento público é necessário aumentar os níveis de confiança aos investidores, criar incentivos fiscais, mecanismos expeditos de arrecadação de receitas fiscais; sistemas de crédito para o investimento, avaria e a poupança das famílias, incentivar o empreendedorismo nas pequenas e médias empresas
- 3) Qual é a causa do elevado nível da taxa do desemprego em Angola nos últimos anos? **R:** A taxa de desemprego deve-se ao facto de o Estado ser o maior

empregador e não possuir capacidade para absorver a demanda, por outro lado o sector ainda não revela estabilidade nos seus negócios passíveis de demonstrar crescimento que justifica o aumento de força de trabalho.

O sector informal é demasiado forte e perturba todo um sistema económico e financeiro, e, por arrastamento, compromete a hipótese de existência de emprego formal.

- a) Como promover o alto nível de emprego em Angola? **R:**
- 4) Como melhorar a posição dos últimos anos (2016-2020) do crescimento económico angolano em relação aos países do SADC? **R:**
- 5) Qual é a causa do elevado nível da corrupção em Angola? **R:** A corrupção, entre outros factores, está assente no rendimento das famílias (em larga escala); da organização política administrativa; da organização das instituições judiciais e da focalização; da separação dos poderes- político, legislativo e judiciário. A população está abraçada com a necessidade de sobrevivência, não olha aos meios como recurso, e, em face da realidade factual, as autoridades deixam-se capturar e não contrariam os desvios e as irregularidades- que tendem a tornarem-se " normais".... sobre o crime de colarinho Branco- mutatis mutandis- ocorre, apenas sob o olhar da imunidade e, é resultante do sentimento generalizado de que a coisa pública é - coisa mostra que não existe nenhum responsável pela sua tutela (...) cada um desengasca- é oportunidade única- ainda que dure todo o sempre!...
- 6) Como combater o elevado nível da corrupção em Angola? **R:**

## **5. Entrevista de Pedro Nzola**

### **PERGUNTAS E RESPOSTAS**

1. Em todas as economias, há vários tipos de agentes económicos que precisam de fundos para financiamento. A questão do financiamento é assim questão decisiva para o funcionamento de uma economia (Emanuel R. Leão, Pedro R.

Leão e Sérgio C. Lagoa, 2009:69). A dívida pública é feita de forma a aumentar o investimento e a produtividade da economia como um todo, e que por sua vez, promove o crescimento económico.

- a) Como se explica o crescimento da dívida pública e o crescimento negativo do PIB na economia angolana nos últimos anos (2016-2020)? **R:** O crescimento da dívida pública entre 2016-2020, deveu-se ao a redução das receitas do estado provenientes da venda do petróleo e dos impostos petrolíferos, visto que o sector não petrolífero tem uma contribuição bastante marginal nas receitas do estado.

Relativamente ao crescimento negativo do PIB, é consequência do impacto sofrido pelas variáveis que compõem o PIB. Famílias empobrecidas (com baixos rendimentos reais), cortes nos gastos do estado por falta de dotação financeira, investimento privado quase que inexistente, redução das exportações muito por culpa dos preços baixos do petróleo e do declínio da produção e por fim, o excesso de dependência das importações, pela fraca produção interna, estão nas razões para um crescimento negativo da economia angolana no período em questão.

- 2 Será que este sucessivo endividamento público está se refletindo no investimento público e privado em Angola? Sim ou Não justifique? **R:** Sim, uma boa parte do Orçamento Geral do Estado tem sido utilizada para pagar dívidas (Capital + Juros), reduzindo assim a capacidade do estado em fazer investimento em infraestrutura e serviços úteis para a melhoria das condições de vida da população. Por outra, sendo o estado a banca está pouco interessada em investir em projetos das empresas do privadas, visto que preferem investir em títulos da dívida pública do estado angolano, com risco reduzido e rentabilidade mais elevada, ou seja, os sucessivos endividamentos faz com que o estado angolano concorre com as empresas privadas pelos valores disponíveis na economia para crédito ao investimento.

- a) Qual é a causa do baixo investimento público e privado em Angola? **R:** Ausência de recursos por parte do estado, ambiente de negócios pouco atrativo e ausência de financiamento para projetos de investimentos.

b) O que fazer de forma a aumentar o investimento público e privado em Angola?

**R:** Melhorar o ambiente de Negócios, renegociar a dívida pública para ganhar folga orçamental, aumentar a eficiência nos gastos do estado, criar políticas de fomento ao crédito e incentivar o surgimento de outras instituições financeiras ou não, com objetivo de serem alternativas na obtenção do crédito ao investimento.

3 Qual é a causa do elevado nível da taxa do desemprego em Angola nos últimos anos? **R:** A falta de investimento público e privado, a necessidade de redução de custos por parte das empresas, fruto das fracas receitas e lucros baixos, o crescimento exponencial do número de pessoas em idade para trabalhar, a falta de aposta no ensino técnico-profissional, poucos incentivos para o fomento das Micro e Pequenas empresas e a falta de políticas concretas que facilitem os jovens obterem o seu primeiro emprego.

a) Como promover o alto nível de emprego em Angola? **R:** Melhorando o ambiente de negócios para que haja mais investimento, criando políticas para facilitar o primeiro emprego, criando políticas para fomentar as Micro e Pequenas Empresas e o empreendedorismo, e apostando mais na formação técnico-profissional para suprir as carências de áreas específicas onde há oportunidades de emprego, mas não há pessoal especializado para ocupar as vagas.

4. Como melhorar a posição dos últimos anos (2016-2020) do crescimento económico angolana em relação aos países do SADC? **R:** Maior disciplina na orçamentação e na execução orçamental, criação de políticas de apoio à produção nacional e melhorar as infraestruturas básicas (estradas, hospitais, escolas, comunicação, etc...).

5. Qual é a causa do elevado nível da corrupção em Angola? **R:** O desinteresse pelo bem comum, a falta de patriotismo e a fraqueza das instituições.

6. Como combater o elevado nível da corrupção em Angola? **R:** Erradicar dos cargos públicos os corruptos, fortalecer as instituições, educar as pessoas a pensar no bem comum e incutir na população a cultura de denúncia.

